

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
-----------------------	---

Dfs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	2
---------------------------	---

Balanço Patrimonial Passivo	3
-----------------------------	---

Demonstração do Resultado	4
---------------------------	---

Demonstração do Resultado Abrangente	5
--------------------------------------	---

Demonstração do Fluxo de Caixa	6
--------------------------------	---

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2019 à 31/12/2019	7
--------------------------------	---

DMPL - 01/01/2018 à 31/12/2018	8
--------------------------------	---

Demonstração de Valor Adicionado	9
----------------------------------	---

Dfs Consolidadas

Balanço Patrimonial Ativo	10
---------------------------	----

Balanço Patrimonial Passivo	11
-----------------------------	----

Demonstração do Resultado	13
---------------------------	----

Demonstração do Resultado Abrangente	14
--------------------------------------	----

Demonstração do Fluxo de Caixa	15
--------------------------------	----

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2019 à 31/12/2019	16
--------------------------------	----

DMPL - 01/01/2018 à 31/12/2018	17
--------------------------------	----

Demonstração de Valor Adicionado	18
----------------------------------	----

Relatório da Administração/comentário do Desempenho	19
---	----

Notas Explicativas	31
--------------------	----

Pareceres E Declarações

Relatório do Auditor Independente - Sem Ressalva	90
--	----

Parecer do Conselho Fiscal ou Órgão Equivalente	94
---	----

Declaração Dos Diretores Sobre as Demonstrações Financeiras	95
---	----

Declaração Dos Diretores Sobre O Relatório do Auditor Independente	96
--	----

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Mil)	Último Exercício Social 31/12/2019
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	9.622
Preferenciais	17.080
Total	26.702
Em Tesouraria	
Ordinárias	16
Preferenciais	0
Total	16

Dfs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2019	Penúltimo Exercício 31/12/2018
1	Ativo Total	44.688	164.650
1.01	Ativo Circulante	25.253	23.043
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	2.603	760
1.01.03	Contas a Receber	55	52
1.01.03.02	Outras Contas a Receber	55	52
1.01.03.02.04	Outras	55	52
1.01.06	Tributos a Recuperar	179	179
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	179	179
1.01.07	Despesas Antecipadas	989	625
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	21.427	21.427
1.01.08.01	Ativos Não-Correntes a Venda	21.427	21.427
1.02	Ativo Não Circulante	19.435	141.607
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	19.199	20.281
1.02.01.08	Despesas Antecipadas	1.276	1.680
1.02.01.10	Outros Ativos Não Circulantes	17.923	18.601
1.02.01.10.03	Depósitos Judiciais	11.529	11.827
1.02.01.10.04	Impostos a Recuperar	6.394	6.744
1.02.01.10.05	Outros	0	30
1.02.02	Investimentos	23	120.966
1.02.02.01	Participações Societárias	23	120.966
1.02.02.01.02	Participações em Controladas	0	120.943
1.02.02.01.04	Outros Investimentos	23	23
1.02.03	Imobilizado	213	360
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	213	360

Dfs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2019	Penúltimo Exercício 31/12/2018
2	Passivo Total	44.688	164.650
2.01	Passivo Circulante	11.316	23.913
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	402	383
2.01.01.01	Obrigações Sociais	115	111
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	287	272
2.01.02	Fornecedores	629	1.719
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	629	1.719
2.01.02.01.01	Fornecedores Nacionais	629	1.719
2.01.03	Obrigações Fiscais	86	63
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	86	63
2.01.03.01.02	Imposto de Renda Retido na Fonte	72	59
2.01.03.01.05	Outras	14	4
2.01.05	Outras Obrigações	10.199	21.748
2.01.05.01	Passivos com Partes Relacionadas	8.619	2.183
2.01.05.01.02	Débitos com Controladas	8.619	2.183
2.01.05.02	Outros	1.580	19.565
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	0	5.832
2.01.05.02.06	Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	0	10.000
2.01.05.02.07	Credores por Recuperação Judicial	508	0
2.01.05.02.08	Outras Obrigações	1.072	1.096
2.01.05.02.09	Contas a Pagar a Ex-Acionistas	0	2.637
2.02	Passivo Não Circulante	206.049	19.831
2.02.02	Outras Obrigações	155.168	11.634
2.02.02.02	Outros	155.168	11.634
2.02.02.02.03	Dividendos e JCP a Pagar	0	11.634
2.02.02.02.04	Provisão para Perda com Investimento em Controlada	152.743	0
2.02.02.02.05	Credores por Recuperação Judicial	2.425	0
2.02.03	Tributos Diferidos	0	4.586
2.02.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	0	4.586
2.02.04	Provisões	50.881	3.611
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	50.881	3.611
2.02.04.01.01	Provisões Fiscais	47.218	0
2.02.04.01.02	Provisões Previdenciárias e Trabalhistas	3.007	3.246
2.02.04.01.04	Provisões Cíveis	656	365
2.03	Patrimônio Líquido	-172.677	120.906
2.03.01	Capital Social Realizado	282.999	282.999
2.03.02	Reservas de Capital	18.142	5.311
2.03.02.04	Opções Outorgadas	5.329	5.311
2.03.02.06	Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	12.738	0
2.03.02.07	Bônus de Subscrição	75	0
2.03.04	Reservas de Lucros	-233	-233
2.03.04.09	Ações em Tesouraria	-233	-233
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	-484.864	-178.450
2.03.06	Ajustes de Avaliação Patrimonial	11.279	11.279

Dfs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2019 à 31/12/2019	Penúltimo Exercício 01/01/2018 à 31/12/2018
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-278.241	-298.574
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-4.726	-4.147
3.04.02.01	Honorários da Administração	-1.373	-1.902
3.04.02.02	Plano de Opções de Compra de Ações	-18	-67
3.04.02.04	Outras	-3.335	-2.178
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	20.927	134
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-283	-889
3.04.05.01	Depreciações a Amortizações	-146	-851
3.04.05.02	Outras	-137	-38
3.04.06	Resultado de Equivalência Patrimonial	-294.159	-293.672
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	-278.241	-298.574
3.06	Resultado Financeiro	5.060	-495
3.06.01	Receitas Financeiras	6.034	636
3.06.02	Despesas Financeiras	-974	-1.131
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	-273.181	-299.069
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-11.486	0
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	-284.667	-299.069
3.10	Resultado Líquido de Operações Descontinuadas	-33.381	-2.661
3.10.01	Lucro/Prejuízo Líquido das Operações Descontinuadas	-33.381	-2.661
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	-318.048	-301.730
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)		
3.99.01	Lucro Básico por Ação		
3.99.01.01	ON	-11,91814	-11,30667
3.99.01.02	PN	-11,91814	-11,30667
3.99.02	Lucro Diluído por Ação		
3.99.02.01	ON	-11,91814	-11,30667
3.99.02.02	PN	-11,91814	-11,30335

Dfs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2019 à 31/12/2019	Penúltimo Exercício 01/01/2018 à 31/12/2018
4.01	Lucro Líquido do Período	-318.048	-301.730
4.03	Resultado Abrangente do Período	-318.048	-301.730

Dfs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2019 à 31/12/2019	Penúltimo Exercício 01/01/2018 à 31/12/2018
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	-7.620	-2.460
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	42.708	-3.822
6.01.01.01	Prejuízo Líquido Antes do IR/CS	-273.181	-299.069
6.01.01.02	Depreciações e Amortizações	147	894
6.01.01.04	Equivalência Patrimonial	294.159	293.672
6.01.01.05	Resultado na Baixa e/ou Venda de Ativo Imobilizado, Intangível e Investimento	-10	0
6.01.01.06	Encargos Financeiros s/ Empréstimos e Obrigações	296	533
6.01.01.07	Planos de Opções de Compra de Ações	18	67
6.01.01.08	Outras Provisões Operacionais	41.752	81
6.01.01.09	Realização de lucro na venda de intangível para controlada	-20.473	0
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-50.328	1.362
6.01.02.04	Outros Ativos Operacionais	451	-547
6.01.02.05	Fornecedores	3	723
6.01.02.08	Outros Passivos Operacionais	-1.593	-1.176
6.01.02.09	Fluxo das Atividades Operacionais das Operações Descontinuadas	-49.189	2.362
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	10	0
6.02.02	Recebimento Vendas do Ativo Imobilizado	10	0
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	9.453	3.209
6.03.01	Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	2.738	10.000
6.03.03	Bônus de Subscrição Acionistas	75	0
6.03.08	Empréstimos Obtidos com a Controlada Líquidos dos Valores Pagos	6.140	-6.346
6.03.09	Fluxo das Atividades de Financiamento das Operações Descontinuadas	500	-445
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	1.843	749
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	760	11
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	2.603	760

Dfs Individuais / Demonstração Das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2019 à 31/12/2019**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	282.999	5.078	0	-178.450	11.279	120.906
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	282.999	5.078	0	-178.450	11.279	120.906
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	12.831	11.634	0	0	24.465
5.04.03	Opções Outorgadas Reconhecidas	0	18	0	0	0	18
5.04.08	Bônus de Subscrição	0	75	0	0	0	75
5.04.09	Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	0	12.738	0	0	0	12.738
5.04.10	Transferencia do Passivo Circulante e Não Circulante	0	0	11.634	0	0	11.634
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-318.048	0	-318.048
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-318.048	0	-318.048
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	-11.634	11.634	0	0
5.06.04	Absorção do Prejuízo do Exercício com Reservas de Lucros	0	0	-11.634	11.634	0	0
5.07	Saldos Finais	282.999	17.909	0	-484.864	11.279	-172.677

Dfs Individuais / Demonstração Das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2018 à 31/12/2018**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	282.999	5.011	123.280	0	10.732	422.022
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	282.999	5.011	123.280	0	10.732	422.022
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	67	0	0	0	67
5.04.03	Opções Outorgadas Reconhecidas	0	67	0	0	0	67
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-301.730	547	-301.183
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-301.730	0	-301.730
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	547	547
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	-123.280	123.280	0	0
5.06.04	Absorção do Prejuízo com Reservas de Lucro	0	0	-123.280	123.280	0	0
5.07	Saldos Finais	282.999	5.078	0	-178.450	11.279	120.906

Dfs Individuais / Demonstração de Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2019 à 31/12/2019	Penúltimo Exercício 01/01/2018 à 31/12/2018
7.01	Receitas	20.939	134
7.01.02	Outras Receitas	20.939	134
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-2.034	-554
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-2.034	-554
7.03	Valor Adicionado Bruto	18.905	-420
7.04	Retenções	-33.528	-3.555
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-148	-894
7.04.02	Outras	-33.380	-2.661
7.04.02.01	Resultado das Operações Descontinuadas	-33.380	-2.661
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	-14.623	-3.975
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	-288.083	-293.036
7.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	-294.159	-293.672
7.06.02	Receitas Financeiras	6.076	636
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	-302.706	-297.011
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	-302.706	-297.011
7.08.01	Pessoal	2.144	3.001
7.08.01.01	Remuneração Direta	1.393	1.952
7.08.01.02	Benefícios	226	202
7.08.01.03	F.G.T.S.	1	-20
7.08.01.04	Outros	524	867
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	12.297	740
7.08.02.01	Federais	11.815	317
7.08.02.03	Municipais	482	423
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	901	978
7.08.03.01	Juros	408	700
7.08.03.03	Outras	493	278
7.08.03.03.01	Despesas financeiras	493	278
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	-318.048	-301.730
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	-318.048	-301.730

Dfs Consolidadas / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2019	Penúltimo Exercício 31/12/2018
1	Ativo Total	852.189	978.674
1.01	Ativo Circulante	233.719	483.634
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	20.464	95.423
1.01.02	Aplicações Financeiras	0	6
1.01.02.03	Aplicações Financeiras Avaliadas ao Custo Amortizado	0	6
1.01.02.03.01	Titulos Mantidos até o Vencimento	0	6
1.01.03	Contas a Receber	43.484	91.185
1.01.03.01	Clientes	23.269	57.685
1.01.03.02	Outras Contas a Receber	20.215	33.500
1.01.03.02.01	Adiantamento a Fornecedores	18.318	29.347
1.01.03.02.02	Outras Contas de Fornecedores	1.546	3.164
1.01.03.02.04	Outras	351	989
1.01.04	Estoques	102.526	174.851
1.01.06	Tributos a Recuperar	44.175	97.976
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	44.175	97.976
1.01.07	Despesas Antecipadas	1.643	2.766
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	21.427	21.427
1.01.08.01	Ativos Não-Correntes a Venda	21.427	21.427
1.02	Ativo Não Circulante	618.470	495.040
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	203.715	240.488
1.02.01.08	Despesas Antecipadas	1.614	2.483
1.02.01.10	Outros Ativos Não Circulantes	202.101	238.005
1.02.01.10.03	Depósitos Judiciais	34.015	43.791
1.02.01.10.04	Impostos a Recuperar	166.652	194.172
1.02.01.10.06	Outros	1.434	42
1.02.02	Investimentos	150	23
1.02.02.01	Participações Societárias	23	23
1.02.02.01.05	Outros Investimentos	23	23
1.02.02.02	Propriedades para Investimento	127	0
1.02.03	Imobilizado	346.290	51.584
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	37.441	51.584
1.02.03.02	Direito de Uso em Arrendamento	308.790	0
1.02.03.03	Imobilizado em Andamento	59	0
1.02.04	Intangível	68.315	202.945
1.02.04.01	Intangíveis	68.315	202.945
1.02.04.01.02	Intangível em Operação	68.315	152.785
1.02.04.01.03	Intangível em Andamento	0	3.225
1.02.04.01.04	Ágio	0	46.935

Dfs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2019	Penúltimo Exercício 31/12/2018
2	Passivo Total	852.189	978.674
2.01	Passivo Circulante	263.671	800.036
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	12.610	13.514
2.01.01.01	Obrigações Sociais	5.462	6.111
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	7.148	7.403
2.01.02	Fornecedores	93.283	549.324
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	93.266	545.385
2.01.02.02	Fornecedores Estrangeiros	17	3.939
2.01.03	Obrigações Fiscais	2.798	6.823
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	1.516	1.749
2.01.03.01.02	Imposto de Renda Retido na Fonte	779	1.120
2.01.03.01.03	Adesão Parcelamento de Tributos Lei 12.996/14	0	172
2.01.03.01.05	Outras	737	457
2.01.03.02	Obrigações Fiscais Estaduais	1.232	5.067
2.01.03.02.01	Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e Serviços	780	4.574
2.01.03.02.02	Parcelamento de Tributos Estaduais	452	493
2.01.03.03	Obrigações Fiscais Municipais	50	7
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	66.345	154.468
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	15.476	154.468
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	15.476	154.468
2.01.04.03	Financiamento por Arrendamento	50.869	0
2.01.04.03.01	Em Moeda Nacional	50.869	0
2.01.05	Outras Obrigações	85.256	71.587
2.01.05.02	Outros	85.256	71.587
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	0	5.832
2.01.05.02.05	Arrendamento Operacional	1.826	31.771
2.01.05.02.06	Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	0	10.000
2.01.05.02.08	Adiantamento de Clientes	8.362	17.856
2.01.05.02.09	Credores por Recuperação Judicial	71.854	0
2.01.05.02.10	Contas a Pagar a Ex-Acionistas	0	2.637
2.01.05.02.11	Outras Obrigações	3.214	3.491
2.01.06	Provisões	3.379	4.320
2.01.06.02	Outras Provisões	3.379	4.320
2.01.06.02.05	Programa de Fidelização de Clientes	3.379	4.320
2.02	Passivo Não Circulante	761.207	57.720
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	417.568	18.403
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	134.828	18.403
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	134.828	18.403
2.02.01.03	Financiamento por Arrendamento	282.740	0
2.02.01.03.01	Em Moeda Nacional	282.740	0
2.02.02	Outras Obrigações	190.806	17.924
2.02.02.02	Outros	190.806	17.924
2.02.02.02.03	Adesão Parcelamento de Tributos Lei 12.996/14	0	641
2.02.02.02.04	Credores por Recuperação Judicial	183.251	0
2.02.02.02.05	Dividendos e JCP a Pagar	0	11.634
2.02.02.02.06	Parcelamento de Tributos Estaduais	1.164	873

Dfs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2019	Penúltimo Exercício 31/12/2018
2.02.02.02.07	Outros	6.391	4.776
2.02.03	Tributos Diferidos	0	4.586
2.02.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	0	4.586
2.02.04	Provisões	152.833	16.807
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	152.833	16.807
2.02.04.01.01	Provisões Fiscais	140.430	3.210
2.02.04.01.02	Provisões Previdenciárias e Trabalhistas	7.549	11.564
2.02.04.01.04	Provisões Cíveis	4.854	2.033
2.03	Patrimônio Líquido Consolidado	-172.689	120.918
2.03.01	Capital Social Realizado	282.999	282.999
2.03.02	Reservas de Capital	18.142	5.311
2.03.02.04	Opções Outorgadas	5.329	5.311
2.03.02.06	Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	12.738	0
2.03.02.07	Bônus de Subscrição	75	0
2.03.04	Reservas de Lucros	-233	-233
2.03.04.09	Ações em Tesouraria	-233	-233
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	-484.864	-178.450
2.03.06	Ajustes de Avaliação Patrimonial	11.279	11.279
2.03.09	Participação dos Acionistas Não Controladores	-12	12

Dfs Consolidadas / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2019 à 31/12/2019	Penúltimo Exercício 01/01/2018 à 31/12/2018
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	669.658	1.445.422
3.01.01	Receita Bruta de Vendas de Bens e/ou Serviços	697.162	1.553.904
3.01.02	Deduções da Receita Bruta	-27.504	-108.482
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-470.179	-1.033.533
3.03	Resultado Bruto	199.479	411.889
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-702.760	-617.562
3.04.01	Despesas com Vendas	-217.145	-354.243
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-119.340	-192.987
3.04.02.01	Honorários da Administração	-2.823	-6.130
3.04.02.02	Plano de Opções de Compra de Ações	-18	-67
3.04.02.04	Outras	-116.499	-186.790
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	67.556	19.798
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-433.831	-90.130
3.04.05.01	Depreciações e Amortizações	-77.759	-37.658
3.04.05.03	Outras	-356.072	-52.472
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	-503.281	-205.673
3.06	Resultado Financeiro	230.076	-50.342
3.06.01	Receitas Financeiras	296.615	18.377
3.06.02	Despesas Financeiras	-66.539	-68.719
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	-273.205	-256.015
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-11.486	-43.078
3.08.02	Diferido	-11.486	-43.078
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	-284.691	-299.093
3.10	Resultado Líquido de Operações Descontinuadas	-33.381	-2.661
3.10.01	Lucro/Prejuízo Líquido das Operações Descontinuadas	-33.381	-2.661
3.11	Lucro/Prejuízo Consolidado do Período	-318.072	-301.754
3.11.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	-318.048	-301.730
3.11.02	Atribuído a Sócios Não Controladores	-24	-24
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)		
3.99.01	Lucro Básico por Ação		
3.99.01.01	ON	-11,91814	-11,30667
3.99.01.02	PN	-11,91814	-11,30667
3.99.02	Lucro Diluído por Ação		
3.99.02.01	ON	-11,91814	-11,30667
3.99.02.02	PN	-11,91814	-11,30335

Dfs Consolidadas / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2019 à 31/12/2019	Penúltimo Exercício 01/01/2018 à 31/12/2018
4.01	Lucro Líquido Consolidado do Período	-318.072	-301.754
4.03	Resultado Abrangente Consolidado do Período	-318.072	-301.754
4.03.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	-318.048	-301.730
4.03.02	Atribuído a Sócios Não Controladores	-24	-24

Dfs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2019 à 31/12/2019	Penúltimo Exercício 01/01/2018 à 31/12/2018
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	25.268	276.797
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	-59.980	-110.371
6.01.01.01	Lucro Líquido Antes do IR/CS	-273.205	-256.015
6.01.01.02	Depreciações e Amortizações	83.219	38.428
6.01.01.03	Perda com Créditos de Liquidação Duvidosa	-1.204	18.799
6.01.01.04	Resultado na Baixa e/ou Venda de Ativo Imobilizado, Intangível e Investimento	69.107	6.228
6.01.01.05	Encargos Financeiros s/ Empréstimos e Obrigações	45.853	38.240
6.01.01.06	Planos de Opções de Compra de Ações	18	67
6.01.01.08	Perda por Redução ao Valor Recuperável do Imobilizado e Intangível	51.505	35.787
6.01.01.09	Perda (Reversão) com Obsolescência de Estoque	11.080	2.270
6.01.01.10	Outras Provisões Operacionais	-46.353	5.825
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	85.248	387.168
6.01.02.01	Contas a Receber de Clientes	35.620	130.426
6.01.02.02	Estoques	61.245	283.419
6.01.02.03	Outros Ativos Operacionais	-611	-28.817
6.01.02.04	Fornecedores	79.386	2.444
6.01.02.06	Pagamento de Juros por Empréstimos e Financiamentos	-3.129	-15.611
6.01.02.08	Outros Passivos Operacionais	-38.074	12.945
6.01.02.09	Fluxo das Atividades Operacionais das Operações Descontinuadas	-49.189	2.362
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-10.263	-85.680
6.02.01	Aquisição de Imobilizado e Intangível	-10.303	-85.933
6.02.02	Recebimento Vendas do Ativo Imobilizado	40	253
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-89.964	-164.637
6.03.01	Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	2.738	10.000
6.03.03	Empréstimos e Financiamentos Obtidos	17.998	24.134
6.03.04	Amortização de Empréstimos e Financiamentos	-111.275	-198.326
6.03.05	Bônus de Subscrição Acionistas	75	0
6.03.08	Fluxo das Atividades de Financiamento das Operações Descontinuadas	500	-445
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-74.959	26.480
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	95.423	68.943
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	20.464	95.423

Dfs Consolidadas / Demonstração Das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2019 à 31/12/2019**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	282.999	5.078	0	-178.450	11.279	120.906	12	120.918
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	282.999	5.078	0	-178.450	11.279	120.906	12	120.918
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	12.831	11.634	0	0	24.465	0	24.465
5.04.03	Opções Outorgadas Reconhecidas	0	18	0	0	0	18	0	18
5.04.08	Bônus de Subscrição	0	75	0	0	0	75	0	75
5.04.09	Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	0	12.738	0	0	0	12.738	0	12.738
5.04.10	Transferencia do Passivo Circulante e Não Circulante	0	0	11.634	0	0	11.634	0	11.634
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-318.048	0	-318.048	-24	-318.072
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-318.048	0	-318.048	-24	-318.072
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	-11.634	11.634	0	0	0	0
5.06.04	Absorção do Prejuízo do Exercício com Reservas de Lucros	0	0	-11.634	11.634	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	282.999	17.909	0	-484.864	11.279	-172.677	-12	-172.689

Dfs Consolidadas / Demonstração Das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2018 à 31/12/2018**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	282.999	5.011	123.280	0	10.732	422.022	36	422.058
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	282.999	5.011	123.280	0	10.732	422.022	36	422.058
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	67	0	0	0	67	0	67
5.04.03	Opções Outorgadas Reconhecidas	0	67	0	0	0	67	0	67
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-301.730	547	-301.183	-24	-301.207
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-301.730	0	-301.730	-24	-301.754
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	547	547	0	547
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	-123.280	123.280	0	0	0	0
5.06.04	Absorção do Prejuízo com Reservas de Lucro	0	0	-123.280	123.280	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	282.999	5.078	0	-178.450	11.279	120.906	12	120.918

Dfs Consolidadas / Demonstração de Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2019 à 31/12/2019	Penúltimo Exercício 01/01/2018 à 31/12/2018
7.01	Receitas	764.497	1.552.592
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	698.104	1.551.340
7.01.02	Outras Receitas	67.597	20.051
7.01.04	Provisão/Reversão de Créds. Liquidação Duvidosa	-1.204	-18.799
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-1.035.091	-1.441.643
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-485.843	-1.115.336
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-462.391	-320.417
7.02.04	Outros	-86.857	-5.890
7.02.04.02	Despesas Operacionais	-86.857	-5.890
7.03	Valor Adicionado Bruto	-270.594	110.949
7.04	Retenções	-116.600	-41.091
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-83.220	-38.430
7.04.02	Outras	-33.380	-2.661
7.04.02.01	Resultado das Operações Descontinuadas	-33.380	-2.661
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	-387.194	69.858
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	299.929	4.781
7.06.02	Receitas Financeiras	299.929	4.781
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	-87.265	74.639
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	-87.265	74.639
7.08.01	Pessoal	123.503	177.537
7.08.01.01	Remuneração Direta	73.762	109.791
7.08.01.02	Benefícios	26.148	34.225
7.08.01.03	F.G.T.S.	10.556	13.250
7.08.01.04	Outros	13.037	20.271
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	35.057	85.688
7.08.02.01	Federais	16.708	44.453
7.08.02.02	Estaduais	12.349	33.797
7.08.02.03	Municipais	6.000	7.438
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	72.247	113.168
7.08.03.01	Juros	56.192	41.454
7.08.03.02	Aluguéis	3.351	58.433
7.08.03.03	Outras	12.704	13.281
7.08.03.03.01	Despesas Financeiras	12.704	13.281
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	-318.072	-301.754
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	-318.048	-301.730
7.08.04.04	Part. Não Controladores nos Lucros Retidos	-24	-24

Relatório da Administração/comentário do Desempenho

SENHORES ACIONISTAS,

Saraiva Livreiros S.A. – em Recuperação Judicial (“Companhia”) (B3: SLED3 e SLED4), controladora de Saraiva e Siciliano S.A. – em Recuperação Judicial (“Varejo”), uma das maiores redes varejistas de conteúdo com foco em educação e cultura, anuncia seus resultados financeiros para o quarto trimestre (4T19) e ano de 2019 (2019).

As informações contábeis contidas neste documento referem-se ao quarto trimestre (4T19) e ano de 2019 (2019) comparadas aos mesmos períodos do ano anterior, exceto quando indicado de outra forma.

As informações contábeis Individuais e Consolidadas foram preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (“*International Financial Reporting Standards – IFRS*”) e práticas contábeis adotadas no Brasil.

Toda e qualquer informação não contábil ou derivada de números não contábeis não foram revisadas pelos auditores independentes.

Mensagem da Administração

Durante os últimos 15 anos a Companhia passou por diversos processos de transformação. Desde a aquisição da Siciliano, em 2008, a Saraiva investiu no fortalecimento de sua marca e crescimento de sua operação, ampliando seu número de lojas, a atuação de seu canal de e-commerce, e a gama de produtos oferecidos, sempre com foco em nosso cliente, que sempre foi fiel à marca.

A crise econômica iniciada em 2015 foi um dos mais desafiadores períodos da história recente do país no campo econômico com repercussão significativa nas operações da Companhia. A Companhia adotou, nos últimos anos, várias iniciativas para reverter os efeitos negativos causados pela crise econômica: no final de 2015, concluiu a venda do seu segmento editorial e, com a persistência do cenário de crise econômica nos anos seguintes, implementou um robusto projeto de transformação conquistando, no início de 2018, crescimento das vendas brutas e *Market Share* nas categorias de Livros, Games, e no segmento de Volta as Aulas. Outras medidas emergenciais foram realizadas no início de nov/18, na construção de um plano de reestruturação visando tornar a operação enxuta, dinâmica e voltada para a obtenção de rentabilidade operacional e fortalecimento do caixa.

No entanto, os impactos causados pela crise econômica, associados aos efeitos dos acontecimentos no tempo, tais como o aumento do preço médio dos livros abaixo do esperado, o encolhimento de alguns segmentos de produtos que tinham representatividade relevante no faturamento; as dificuldades enfrentadas para a realização de créditos tributários; a dificuldade de contratação de novas linhas de crédito; e a importante queda de faturamento gerada por problemas originados na implementação do novo sistema de gestão, comprometeram a obtenção dos resultados almejados, o que abalou a perspectiva da Companhia de honrar com as suas obrigações de curto prazo.

Em decorrência do agravamento dessa situação, julgamos que a apresentação do pedido de recuperação judicial, em nov/18, era a medida mais adequada no contexto da crise no mercado editorial, reflexo do cenário econômico do país. O objetivo da operação foi proteger o caixa, fazendo com que a Companhia retomasse sua estabilidade e, posteriormente, seu crescimento econômico, bem como garantir e preservar a continuidade de sua operação.

Com o deferimento do pedido de recuperação judicial a Companhia intensificou as negociações com seus principais credores tendo como objetivo estabelecer condições comerciais e modelos de pagamento que pudessem viabilizar os interesses comuns, visando, principalmente, o êxito na aprovação do plano de recuperação judicial, além de implementar diversas ações para garantir a sustentação dos negócios. Durante 2019 obtivemos importantes avanços em relação aos anos anteriores por meio de iniciativas como:

Relatório da Administração/comentário do Desempenho

Readequação do mix de produtos: descontinuamos as categorias que possuíam menor rentabilidade e maior demanda de capital de giro. Esta revisão de categorias nos possibilitou, ainda, uma redução adicional do quadro de funcionários da Companhia, além do encerramento de 2 Centros de Distribuição.

Redução de Despesas Operacionais: renegociação e revisão de nossos principais contratos com fornecedores de serviços, redução de escopo com priorização de alternativas com maior custo/benefício, e revisões e otimizações na malha logística, adequando nosso sistema de abastecimento ao novo mix de produtos. Em nossa Sede Social, reduzimos o custo por meio do adensamento dos andares ocupados.

Reestruturação do Parque de Lojas: priorização de unidades de maior rentabilidade com EBITDA maior que 5,0%, encerrando lojas com baixa perspectiva de geração de valor e que não se adequam ao novo mix de produtos da Companhia. No período, evoluímos na negociação com Shoppings, onde, por meio de parcerias, podemos otimizar o espaço das unidades e aumentar a rentabilidade sem a necessidade de grandes investimentos.

Migração da Plataforma de e-commerce: Visando mitigar as inconsistências do e-commerce, iniciamos, em abr/19, a implementação de uma nova plataforma, com sistema mais leve, ágil e estável do que o utilizado anteriormente, o que contribui para melhora na performance e aumento da taxa de conversão do site.

Abastecimento de Produtos: Após o ajuizamento da Recuperação Judicial a Companhia, com apoio e parceria de nossos fornecedores, iniciou um processo extensivo para a normalização do abastecimento de produtos de todas as categorias, com foco maior em Livraria, nossa principal linha de atuação.

No entanto, mesmo cumprindo os pagamentos à fornecedores e bancos determinados pelo Plano de Recuperação Judicial, todas as medidas adotadas pela Companhia ainda não foram suficientes para concretizar as perspectivas de crescimento e geração de caixa, fazendo com que os resultados realizados em 2019, e projetados para os próximos anos, ficassem abaixo das expectativas inseridas na projeção do Plano de Recuperação aprovado.

Neste cenário, a Companhia profissionalizou sua gestão, contratou um novo CEO que possui extensa experiência em varejo, com atuação em companhias multinacionais e nacionais. A escolha do executivo foi realizada pela nova composição do Conselho de Administração da Companhia, que passou a contar com dois novos membros, que possuem experiências de gestão e conselho em empresas como Grupo Pão de Açúcar, Banco Itaú, BRF, General Shopping, Hewlett-Packard, PwC e IBM Global – EUA e Brasil.

Com a reestruturação das lideranças – CEO e Conselho de Administração, a Saraiva deu início a um novo momento em sua história, fortalecendo e aprimorando sua Governança Corporativa. Os membros do Conselho de Administração da Companhia eleitos recentemente e o novo CEO da Saraiva contratado iniciaram um novo Plano de Ação para reestruturação das operações e recuperação dos resultados econômicos necessários à perenidade dos negócios da Saraiva.

O Plano de Ação é disruptivo, focando na gestão e inteligência do negócio e terceirizando atividades operacionais. Tal plano foi aprovado pelo novo Conselho de Administração em reunião realizada em 19 de fevereiro de 2020 e está baseado em três projetos que serão implementados nos próximos meses.

Nova gestão de abastecimento: partindo para um modelo descentralizado, com custos reduzidos, e grande envolvimento dos fornecedores.

Relatório da Administração/comentário do Desempenho

Full-Ecommerce: foco interno nas ações de marketing e análise de rentabilidade, privilegiando menores volumes de vendas e maiores margens, e operação com equipe especializada em e-commerce.

Otimização Back-Office: Nova solução de sistemas, processos e equipes promovendo redução de custos e maior eficiência.

As mudanças mencionadas acima, e apresentadas e aprovadas pelo novo Conselho de Administração, contribuirão para que a Companhia seja mais enxuta sem impactar negativamente em nossa operação. Entre os principais impactos do novo plano de ação, podemos citar:

Rentabilidade: Aumento da Margem Bruta, principalmente no canal de e-commerce, em detrimento da Receita Bruta, elevando os ganhos absolutos no Lucro Bruto e contribuindo para o aumento da rentabilidade da Companhia. No mês de fev/20, quando consolidamos a implementação da estratégia, já obtivemos resultados expressivos, onde a margem bruta, de contribuição, e receitas atingiram os níveis projetados.

Renegociação de contratos com fornecedores produtivos: Estamos estreitando ainda mais nosso relacionamento com nossos fornecedores de produtos, principalmente livraria e papelaria, que são o centro de nossa atividade produtiva. Por meio de novas negociações e parcerias, principalmente em relação ao prazo de pagamento, temos a possibilidade de reduzir o impacto do capital de giro em nosso caixa.

Despesas de Pessoal: Com uma operação reduzida em termos de faturamento temos a possibilidade de redução nas despesas de Pessoal da Companhia.

Despesas de Ocupação: Em relação às Lojas Físicas, continuamos trabalhando incessantemente na renegociação com as administradoras de shoppings centers visando aumentar a rentabilidade das unidades. No escritório central com uma revisão e otimização do espaço, estimamos uma redução das despesas de ocupação já a partir de mai/20 por meio da devolução de andares atualmente ocupados, e no Centro de Distribuição já contamos com uma redução em virtude da diminuição de, aproximadamente, 60% do espaço ocupado, que ocorreu em jan/20.

Contratos com fornecedores não produtivos: Avaliamos exaustivamente todos os contratos vigentes com fornecedores não produtivos, permanecendo e renegociando apenas aqueles essenciais às atividades de negócio da Companhia.

Venda de Ativos Fixos: A Companhia está em processo final de conclusão da operação de venda de um de seus ativos fixos, contribuindo para uma entrada de mais de R\$ 20,0 milhões no caixa ainda nos próximos meses.

Continuamos mobilizando todos os esforços para efetivar os ajustes necessários para garantir a continuidade operacional. As medidas tomadas, aliadas à aprovação do Plano de Recuperação Judicial, que estabelece medidas de eficiência para a equalização e liquidação do passivo das empresas, tais como a reestruturação do passivo e a preservação de investimentos considerados essenciais à continuidade operacional, e alterações na estrutura de Governança Corporativa, comprovam a capacidade de geração de caixa e, por consequência, da viabilidade futura da Companhia.

A Administração, ciente da relevância dos desafios está mobilizada para a realização do Novo Plano de Ação, que visa a manutenção da atividade operacional, o cumprimento do Plano de Recuperação Judicial e a consequente continuidade operacional e sustentabilidade do negócio.

Existe um desafio grande de mercado, mas confiamos plenamente na recuperação do mercado de livros no Brasil e na Nova Saraiva que está sendo construída. Sabemos que será um processo intenso,

Relatório da Administração/comentário do Desempenho

que será determinado e realista na busca de um futuro promissor para a empresa e seus *stakeholders*, e temos o total apoio e envolvimento de todos nossos colaboradores e Conselho de Administração.

Impacto Coronavírus - COVID-19

A administração esclarece que está acompanhando atentamente os possíveis impactos do Coronavírus (COVID-19), na operação da Companhia. Com o avanço nos números de casos e fatalidades, em âmbitos nacional e internacional, a Companhia passou a se comunicar recorrentemente por meio de um Comitê interno específico, além de informar diariamente o Conselho de Administração, para tratar das medidas necessárias e analisar eventuais impactos na operação.

Neste cenário, o plano de contingência é focado em quatro pilares principais: (i) tomar medidas preventivas, (ii) estimular e intensificar as vendas pelo e-commerce; que não foram paralisadas e honram todos seus compromissos com seus clientes; iii) estruturar planos de ação e contingência; e (iv) monitorar a evolução diária dos casos de infecção pelo Coronavírus e as recomendações dos órgãos governamentais e associações de varejo. A partir disso, podemos destacar:

Lojas físicas: Iniciamos o fechamento, por tempo indeterminado, de nossas unidades de acordo com as diretrizes governamentais publicadas pelos governos municipais e estaduais. Em 18 de março de 2020, possuíamos a diretriz para fechamento de 19% de nossas unidades. Devido à rápida evolução dos casos e de grande parte das lojas estarem localizadas em shoppings e/ou nos estados de São Paulo e Rio de Janeiro, em 23 de março de 2020 todas as nossas unidades estavam fechadas.

E-commerce: Continua operando normalmente e honrando o compromisso com nossos clientes. Além disso, estamos trabalhando em ações promocionais para elevar o fluxo do canal.

Colaboradores: Iniciamos uma atuação preventiva para conscientização de todos os nossos colaboradores. Com o fechamento das lojas, todos os colaboradores foram liberados nas unidades. Em nosso Centro de Distribuição e Escritório Central, como medidas de segurança, mantivemos o mínimo indispensável para a continuidade das atividades operacionais da Companhia. No CD, estamos trabalhando com turnos reduzidos e intercalados, enquanto no Escritório Central adotamos o regime de trabalho remoto (*home office*), além de suspensões de viagens, reuniões presenciais, e uma orientação extensiva aos funcionários, com disseminação de boas práticas contra o vírus e apoio referente à legislação trabalhista em vigor.

Geração de Receitas: Com nossas unidades físicas fechadas, estamos apoiando fortemente, por meio de ações promocionais e de marketing, a migração das vendas físicas para o online, que atualmente tem a total capacidade para atender a demanda de nossos clientes.

Caixa: Diante do cenário atual, com nossas fontes de receitas fortemente impactadas, visando a manutenção e perenidade da operação, a Companhia adotou iniciativas para manutenção do caixa revisando despesas e renegociando pagamentos.

Entendemos que o cenário no país está se alterando de modo acelerado e procuramos nos adaptar rapidamente, buscando o cenário ideal em meio à crise. Reiteramos que continuamos atentos à situação da Companhia e de nossos *stakeholders*, incluindo todos os riscos decorrentes da pandemia que poderiam resultar em perdas ou mudanças nas estimativas sobre os negócios. No entanto, ainda não é possível mensurar com segurança, todos os impactos decorrentes dessa pandemia.

Relatório da Administração/comentário do Desempenho**IMPACTOS NÃO RECORRENTES**

Durante o quarto trimestre de 2019 foram realizados diversos ajustes na operação visando o aumento da rentabilidade gerando impactos contábeis, mas sem efeito caixa, em seus resultados. Entre os principais impactos no resultado, podemos destacar:

- Provisão para Contingências Cíveis, Trabalhistas e Tributárias: R\$ 90,4 milhões negativos nas Despesas.
- Tributos (Baixas e Provisão de Créditos Tributários): R\$ 52,7 milhões negativos nas Despesas.
- Outros impactos: R\$ 1,3 milhão negativos nas Despesas.

Dessa maneira, para que possa ser realizada uma análise mais fidedigna da operação da Companhia, todos os resultados reportados neste Relatório da Administração consideram os números recorrentes do 3T19 e 4T19, expurgando os efeitos citados acima. Segue na tabela abaixo a reconciliação dos resultados:

Reconciliação - 4T19 (R\$ MM)	4T19 Contábil	CPC 06 (R2) IFRS 16	Impactos Não-Recorrentes	4T19 Ajustado
Receita Bruta	163.534			163.534
Impostos	(7.128)			(7.128)
Receita Líquida	156.406	-	-	156.406
CMV	(105.922)			(105.922)
Lucro Bruto	50.484	-	-	50.484
<i>Margem Bruta (%)</i>	<i>32,3%</i>			<i>32,3%</i>
Despesas Operacionais	(218.743)	(17.874)	144.359	(92.258)
EBITDA	(168.259)	(17.874)	144.359	(41.774)
<i>Margem EBITDA (%)</i>	<i>-107,6%</i>			<i>-26,7%</i>
Outras Receitas/Despesas Operacionais	(29.937)	17.874	-	(12.063)
Resultado Financeiro Líquido	(14.058)	6.583		(7.475)
Depreciação e Amortiz.	(15.879)	1120		(4.589)
Lucro/Prejuízo antes do IR	(198.196)	-	144.359	(53.837)
Imposto de Renda e Contribuição Social	35.882	-	(49.082)	(13.200)
Lucro/Prejuízo antes da part. Minoritária	(162.314)	-	95.277	(67.037)
Participação minoritária	12			12
Lucro (Prejuízo) Líquido Ajustado antes das Op. Descontinuadas	(162.302)	-	95.277	(67.025)
Res. Liq. das Op. Descontinuadas (Liq. impostos)	(31.769)			(31.769)
Lucro (Prejuízo) Líquido	(194.071)	-	95.277	(98.794)
<i>Margem Líquida (%)</i>	<i>-124,1%</i>			<i>-63,2%</i>

Relatório da Administração/comentário do Desempenho

DESTAQUES

- Aumento de 10,6 p.p na Margem Bruta do 4T19.
- Redução de 25,3% na Despesa Operacional recorrente do 4T19.
- Melhora de R\$ 38,4 milhões no EBITDA ajustado do 4T19.
- Melhora de 28 dias no Prazo Médio de Recebimento de clientes em comparação com o 4T18.
- Pagamento, conforme Aviso aos Acionistas de 28 de outubro de 2018, de uma parcela dos Dividendos declarados pela Assembleia Geral Extraordinária e Ordinária realizada em 26 de abril de 2018, no montante de R\$5,8 milhões. De acordo com os termos do Plano de Recuperação Judicial aprovado, foram pagos os Dividendos até o limite do valor de R\$ 10,0 mil. Os acionistas que fizerem jus aos Dividendos em valor superior a R\$ 10,0 mil receberão o saldo dos Dividendos restantes nos termos da Cláusula 9.2 do Plano de Recuperação Judicial.
- Aprovado, em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 31 de outubro de 2019, o aumento do capital autorizado da Companhia, que passou para o limite de até 66,0 milhões de ações, e a inclusão de regra estatutária conferindo poderes ao Conselho de Administração da Companhia para, dentro do limite do capital autorizado, emitir bônus de subscrição.
- Aprovado, conforme Aviso aos Acionistas de 4 de novembro de 2019, em Reunião do Conselho de Administração em 3 de novembro de 2019, assistida pelo Conselho Fiscal, Aumento de Capital social da Companhia, assim como, a emissão de Bônus de Subscrição, ambos dentro do limite do capital autorizado, nos termos do Plano de Recuperação Judicial e do Estatuto Social da Companhia.
- Eleição, em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 11 de dezembro de 2019, da nova composição do Conselho de Administração da Companhia, que passou a contar com dois novos membros, Augusto Marques da Cruz Filho e Antonio Salvador. Além dos nomes citados, o Conselho de Administração da Companhia tem como membros Jorge Saraiva Neto, Maria Cecilia Saraiva Mendes Gonçalves e Olavo Fortes Campos Rodrigues Jr., que já faziam parte do órgão no exercício anterior.
- 7.930 Bônus de Subscrição, correspondentes a R\$ 75.355,00, foram subscritos pelos atuais acionistas da Companhia entre 11 de novembro de 2019 e 10 de dezembro de 2019. Os 2.061.036 Bônus de Subscrição não subscritos pelos atuais acionistas da Companhia, correspondente às Sobras do Bônus de Subscrição, foram subscritos e integralizados pelos credores da Companhia ou de suas controladas e afiliadas, nos termos da cláusula 11.6 do Plano de Recuperação.

EVENTOS SUBSEQUENTES

- Em Reunião do Conselho de Administração da Companhia realizada em 09 de janeiro de 2020, o Sr. Luis Mario Bilenky foi indicado para a posição não estatutária de Chief Executive Officer da Companhia.
- Em Reunião do Conselho de Administração da Companhia realizada em 19/02/2020, e re-ratificada em Reunião do Conselho de Administração realizada em 27/02/2020, foi deliberada a homologação parcial do aumento de capital social deliberado pelo CA em 03/11/2019, com a emissão de 12.244.309 de novas

Relatório da Administração/comentário do Desempenho

ações, no valor total de R\$ 17.754.248,05, sendo 8.998.528 ações ordinárias, no valor de R\$ 13.047.865,60, e 3.245.781 ações preferenciais, no valor de R\$ 4.706.382,45, passando o capital social da Companhia de R\$ 282.998.580,98, representado por 26.701.745 de ações, sendo 9.622.313 ordinárias e 17.079.432 preferenciais, para R\$ 300.752.829,03, representado por 38.946.054 de ações, sendo 18.620.841 ordinárias e 20.325.213 preferenciais.

PRINCIPAIS INDICADORES

Tabela 1. (R\$ mil, exceto quando indicado)

Consolidado – Ajustado ¹	4T19	4T18	A/A	3T19	T/T	2019	2018	A/A
Receita Bruta (Lojas + E-commerce) ²	163.534	220.870	-26,0%	159.638	2,4%	697.162	1.553.904	-55,1%
Lojas	121.720	156.968	-22,5%	109.954	10,7%	467.944	966.621	-51,6%
E-commerce	41.814	63.902	-34,6%	49.684	-15,8%	229.218	587.283	-61,0%
Receita Líquida (Lojas + E-commerce) ²	156.406	200.098	-21,8%	152.663	2,5%	669.658	1.445.422	-53,7%
Lojas	117.209	143.004	-18,0%	105.534	11,1%	451.114	908.132	-50,3%
E-commerce	39.197	57.094	-31,3%	47.129	-16,8%	218.544	537.290	-59,3%
Lucro Bruto Ajustado ¹	50.484	43.316	16,5%	60.566	-16,6%	205.194	411.889	-50,2%
Margem Bruta (%)	32,3%	21,6%	10,6 p.p.	39,7%	-7,4 p.p.	30,6%	28,5%	2,1 p.p.
Despesas Operacionais Recorrentes ³	(92.258)	(123.500)	-25,3%	(93.152)	-1,0%	(383.072)	(542.863)	-29,4%
EBITDA Ajustado ³	(41.774)	(80.184)	-47,9%	(32.587)	28,2%	(177.878)	(130.974)	35,8%
Margem EBITDA Ajustada (%) ¹	-26,7%	-40,1%	13,4 p.p.	-21,3%	-5,4 p.p.	-26,6%	-9,1%	-17,5 p.p.
Lucro (Prejuízo) Líquido Ajustado antes das Op. Descontinuadas ¹	(67.025)	(176.276)	-62,0%	(58.991)	13,6%	(259.766)	(274.622)	-5,4%
Margem Líquida Ajustada antes das Op. Descontinuadas (%) ¹	-42,9%	-88,1%	45,2 p.p.	-38,6%	-4,2 p.p.	-38,8%	-19,0%	-19,8 p.p.
Res. Liq. das Op. Descontinuadas (Liq. impostos)	(31.769)	(421)	>500%	160	-	(33.381)	(2.661)	>500%
Lucro (Prejuízo) Líquido Ajustado ¹	(98.794)	(176.697)	-44,1%	(58.831)	67,9%	(293.147)	(277.283)	5,7%
Margem Líquida Ajustada (%) ¹	-63,2%	-88,3%	25,1 p.p.	-38,5%	-24,6 p.p.	-43,8%	-19,2%	-24,6 p.p.
Crescimento/Redução Lojas (SSS - %)	-13,5%	-45,1%	31,6 p.p.	-36,3%	22,8 p.p.	-41,8%	-14,0%	-27,9 p.p.
Crescimento/Redução E-commerce	-34,6%	-69,5%	34,9 p.p.	-57,7%	23,1 p.p.	-61,0%	-17,1%	-43,9 p.p.
Quantidade de Lojas - Final do período	73	82	-11,0%	73	0,0%	73	82	-11,0%
Área de Vendas - Final do período (m ²)	49.259	53.198	-7,4%	49.259	0,0%	49.259	53.198	-7,4%

Nota: 1. Ajustado expurgando o efeito de itens não recorrentes conforme citado anteriormente no relatório.

Nota: 2. Considera a receita proveniente do Saraiva Entrega no canal Lojas Físicas.

Relatório da Administração/comentário do Desempenho

RESULTADOS

RECEITA – No 4T19 a receita bruta alcançou R\$ 163,5 milhões, queda de 26,0% quando comparada com o 4T18. A receita líquida seguiu a mesma tendência no trimestre, apresentando redução de 21,8%. Cabe destacar que uma parcela da redução nas vendas ainda é resultado do início do processo de reestruturação da Companhia, que inclui a descontinuação da categoria de Tecnologia, do abastecimento que ainda está sendo normalizado, da redução do número de lojas físicas, e da relevante queda de faturamento gerado por problemas de instabilidade em nosso canal *online*. Em termos anuais, as reduções foram de 55,1% e 53,7%, respectivamente.

RECEITA LOJAS FÍSICAS – A receita bruta de lojas físicas, no quarto trimestre de 2019, atingiu R\$ 117,2 milhões, o que representa queda de 22,5% quando comparadas ao mesmo período do ano anterior. Em termos de lojas comparáveis apresentamos um declínio de 13,5% no mesmo período. A receita líquida, seguindo a mesma linha, apresentou redução de 18,0%. Em termos anuais, as reduções foram de 51,6% na Receita Bruta e 41,8% em termos de lojas comparáveis.

RECEITA E-COMMERCE – No 4T19 as vendas brutas do site Saraiva.com apresentaram declínio de 34,6% em relação ao ano anterior, enquanto as vendas líquidas reduziram em 31,3%. As vendas em nosso canal de *e-commerce*, uma das mais relevantes no país que cobre todo o território nacional, foram fortemente impactadas negativamente por instabilidades em nosso *e-commerce*, que estão sendo solucionadas e serão eliminadas com a nova plataforma de *e-commerce* já em fase de implementação, que possui um sistema mais leve, ágil e estável do que o utilizado atualmente. Além disso, durante o terceiro trimestre de 2019 a Companhia passou trabalhar com uma estratégia de priorização da rentabilidade no canal online. Com a estratégia, a Saraiva tem um faturamento menor no canal, porém com maior margem bruta e menores despesas variáveis, gerando um ganho adicional na margem de contribuição. Em termos anuais, as reduções foram de 61,0% e 59,3%, respectivamente.

RESULTADO BRUTO – Como reflexo da estratégia de priorização de rentabilidade da Companhia, o lucro bruto ajustado apresentou um forte ganho de 10,6 p.p. na margem bruta, que passou de 21,6% no 4T18 para 32,3% no 4T19, com um aumento de 16,5% em termos absolutos. Em termos anuais, a margem bruta teve um incremento de 2,1 p.p. Continuamos investindo em novas ferramentas, em especial um novo sistema de precificação dinâmica e uma nova estratégia para o *e-commerce*, visando contribuir para a melhor gestão da margem bruta. Além disso, continuaremos focando em nosso negócio de livros, que possuem margens superiores às outras categorias que estão sendo descontinuadas.

DESPESAS OPERACIONAIS – A linha de despesas operacionais recorrentes, mesmo com a inclusão do efeito do IFRS-16 nas linhas de Despesas, o que impacta negativamente o resultado devido ao método de contabilização, totalizou R\$ 92,3 milhões no 4T19, apresentando forte redução de 25,3% no trimestre, como reflexo das iniciativas realizadas. Em termos anuais, a redução foi de 29,4%. Cabe destacar que continuamos focados na racionalização de gastos para a melhora dos resultados, e já estamos colhendo os frutos das medidas tomadas recentemente. Continuamos fazendo ajustes recorrentemente em nossa estrutura visando sempre melhorias de desempenho e produtividade, o que solidifica as bases para recuperação da Companhia.

EBITDA – O EBITDA, com a inclusão do efeito do IFRS-16 nas linhas de Despesas, e fortemente impactado pela descontinuação da categoria de Tecnologia, além do abastecimento, e da relevante queda de faturamento gerado por problemas de instabilidade em nosso canal *online*, totalizou R\$ 41,8

Relatório da Administração/comentário do Desempenho

milhões negativos no 4T19, apresentando um ganho de R\$ 38,4 milhões em relação ao 4T18. Em 2019, o EBITDA totalizou R\$ 177,9 milhões negativos.

Tabela 2. EBITDA (R\$ mil, exceto quando indicado)

Consolidado – Ajustado ¹	4T19	4T18	A/A	3T19	T/T	2019	2018	A/A
Lucro Líquido (Prejuízo)¹	(98.794)	(198.791)	50,3%	(58.831)	67,9%	(293.147)	(277.283)	5,7%
(+) Resultado financeiro ¹	7.475	8.018	-6,8%	4.935	51,5%	21.871	50.342	56,6%
(+) IR / CSLL ¹	13.200	65.750	79,9%	11.114	18,8%	24.314	55.672	56,3%
(+) Depreciação e Amortiz	4.589	10.958	58,1%	10.356	55,7%	35.726	37.658	-5,1%
(+) Resultado Líq. Op. Descontinuadas/Outros ¹	31.757	405	>500%	(161)	-	33.357	2.637	>500%
EBITDA Ajustado	(41.774)	(113.660)	63,2%	(32.587)	28,2%	(177.878)	(130.974)	35,8%
<i>Margem EBITDA ajustada (%)</i>	<i>-26,7%</i>	<i>-56,8%</i>	<i>30,1 p.p.</i>	<i>-21,3%</i>	<i>-5,4 p.p.</i>	<i>-26,6%</i>	<i>-9,1%</i>	<i>-17,5 p.p.</i>

Nota: 1. Ajustado expurgando o efeito de itens não recorrentes conforme citado anteriormente no relatório.

CAPITAL DE GIRO* – O prazo médio de recebimento passou de 55 dias no 4T18 para 27 dias no 4T19. O prazo médio de cobertura de estoques reduziu em 7 dias, passando de 107 dias no 4T18 para 100 dias no 4T19.

* para o cálculo dos dias do ciclo operacional utilizamos a média dos últimos 12 meses

RECEITA (DESPESA) FINANCEIRA LÍQUIDA – O resultado financeiro líquido ajustado, excluindo o impacto da alteração contábil em virtude do CPC 06 (R2) - IFRS 16, foi uma despesa de R\$ 7,9 milhões no quarto trimestre de 2019 e R\$ 22,3 milhões no ano, representando uma redução de 1,4% e 55,7%, respectivamente em comparação aos mesmos períodos anteriores.

LUCRO LÍQUIDO (PREJUÍZO) DO PERÍODO – O prejuízo líquido ajustado da Companhia, antes do resultado líquido de operações descontinuadas, foi de R\$ 67,0 milhões no 4T19, e R\$ 259,8 milhões em 2019.

INVESTIMENTOS (CAPEX) – Os investimentos efetuados totalizaram R\$ 1,4 milhão no 4T19 versus R\$ 0,5 milhão no 4T18. No ano, os investimentos efetuados totalizaram R\$ 9,7 milhões versus R\$ 85,0 milhões em 2018, confirmando a redução de investimentos indicada pela Companhia. Cabe destacar que, grande parte desses investimentos, foram direcionados a nova plataforma de *e-commerce*, que possui um sistema mais leve, ágil e estável do que o utilizado anteriormente.

LIQUIDEZ – Em 31 de dezembro de 2019, o saldo total de Caixa Disponível, Caixa Bloqueado e Recebíveis de Cartão de Crédito era de R\$ 35,8 milhões, contra R\$ 39,2 milhões em 30 de setembro de 2019, em virtude, principalmente, das menores vendas realizadas no período, além do impacto de categorias descontinuadas e de despesas de extraordinárias de reestruturação.

A tabela a seguir apresenta a dívida líquida consolidada (excluindo o saldo de Credores relativo ao processo de recuperação judicial) da Saraiva em 31 de dezembro de 2019, que somava R\$ 136,4 milhões, contra R\$ 139,7 milhões em 30 de setembro de 2019, e R\$ 79,4 milhões em 31 de dezembro de 2018. Se considerarmos os recebíveis do cartão de crédito, encerramos o 4T19 com uma dívida líquida de R\$ 121,0 milhões contra R\$ 119,6 milhões no 3T19, e R\$ 32,3 milhões no 4T18.

Relatório da Administração/comentário do Desempenho**Tabela 3. Evolução dos principais indicadores de endividamento CONSOLIDADO monitorados pela Companhia (R\$ mil)**

Consolidado^{1 2}	4T19	4T18	A/A	3T19	T/T
Tipo de Transação					
Empréstimos e Financiamentos	156.871	172.870	-9,3%	156.680	0,1%
(+) Contas a Pagar Aquisição de Empresas	0	2.637	-100,0%	0	0,0%
(-) Caixa e Equivalentes de Caixa / Aplicações Fin.	20.465	96.138	-78,7%	16.970	20,6%
Dívida Líquida Ajustada Antes dos Recebíveis	136.406	79.369	71,9%	139.710	-2,4%
(-) Recebíveis de Cartão de Crédito	15.366	47.086	-67,4%	20.144	-23,7%
Dívida Líquida Consolidada Após os Recebíveis	121.040	32.283	274,9%	119.566	1,2%
Montante relativo ao processo de Recuperação Judicial	252.486	550.931	54,2%	258.533	-2,3%

Nota 1: Exclui a parcela relativa ao Arrendamento Mercantil (CPC 06 (R2) - IFRS 16).

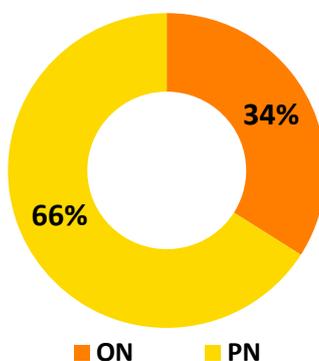
Nota 2: "Antecipação de Recebíveis" (R\$ 0,5 milhões no 3T19, e R\$ 25,4 milhões no 4T18).

NOSSAS LOJAS – No 4T19 a Saraiva contava com 73 lojas em 17 estados brasileiros e no Distrito Federal.

Relatório da Administração/comentário do Desempenho

ESTRUTURA ACIONÁRIA

O capital social subscrito e realizado da Saraiva era de R\$ 283,0 milhões em 31 de dezembro de 2019, representado por 26.701.745 ações, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal, das quais 9.622.313 são ações ordinárias (ON), e 17.079.432 são ações preferenciais (PN). A Companhia mantém 15.700 ações ordinárias em tesouraria.



COLABORADORES

Finalizamos o ano de 2019 com 1.832 colaboradores (2.785 em dezembro de 2018). As ações estratégicas da área de Recursos Humanos focam os pilares de desenvolvimento, engajamento, diversidade e eficiência/produktividade.

Relatório da Administração/comentário do Desempenho

AUDITORES INDEPENDENTES

As Demonstrações Contábeis Individuais e Consolidadas foram examinadas pela Grant Thornton Auditores Independentes ("Grant Thornton").

A contratação de auditores independentes está fundamentada nos princípios que resguardam a independência do auditor, que consistem em: (a) o auditor não deve auditar seu próprio trabalho; (b) não exercer funções gerenciais; e (c) não advogar pela Saraiva ou prestar quaisquer serviços que possam ser considerados proibidos pelas normas vigentes.

O valor total contabilizado relacionado a honorários com auditoria externa para o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2019 foi de R\$ 381 mil.

ADERÊNCIA À CÂMARA DE ARBITRAGEM DO MERCADO

Com a adesão ao Nível 2, a Companhia, seus acionistas e administradores obrigam-se a resolver, por meio de arbitragem, todos os conflitos estabelecidos na Cláusula Compromissória constante do Estatuto Social nos termos do Regulamento da Câmara de Arbitragem do Mercado da B3.

DECLARAÇÃO DA DIRETORIA SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Em cumprimento ao disposto no artigo 25 da Instrução CVM n. 480/09, a Diretoria declara que revisou, discutiu e concorda com as Demonstrações Contábeis Individuais e Consolidadas da Companhia, autorizando sua conclusão nesta data.

DECLARAÇÃO DA DIRETORIA SOBRE O RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Em cumprimento ao disposto no artigo 25 da Instrução CVM n. 480/09, a Diretoria declara que revisou, discutiu e concorda com as opiniões expressas no relatório dos auditores independentes sobre as Demonstrações Contábeis Individuais e Consolidadas, emitido nesta data.

AGRADECIMENTOS

Agradecemos a todos os acionistas, clientes, fornecedores, instituições financeiras, colaboradores e comunidades pelo apoio dado em 2019.

A Administração

São Paulo, 25 de março de 2020.

Notas Explicativas

SARAIVA LIVREIROS S.A. – EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL E CONTROLADA

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018
(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Saraiva Livreiros S.A. – Em Recuperação Judicial (“Controladora” ou “Companhia”) é sociedade por ações brasileira de capital aberto, fundada em 1914, com sede na Rua Henrique Schaumann, 270, na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, listada na B3 S.A. - Brasil, Bolsa Balcão (“B3”), sob os códigos SLED3 e SLED4 e no Nível 2 de Governança Corporativa, que atua no segmento de varejo por meio da Saraiva e Siciliano S.A. – Em Recuperação Judicial (“Varejo”).

O Varejo é sociedade por ações brasileira de capital fechado, com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, controlada pela Companhia, que detém participação direta de 99,99% de suas ações ordinárias, com atividade preponderante no varejo de livros, games, filmes, música, artigos de papelaria, conteúdo digital e e-reader. A comercialização é realizada por meio do varejo eletrônico e de uma rede de 73 lojas. O Varejo opera ainda com produtos de tecnologia por meio do seu próprio market place, integrado ao e-commerce.

No exercício encerrado em 31 de dezembro de 2018 a Controladora apresentou prejuízo de R\$301.730 (R\$ 301.754 no consolidado) em decorrência, principalmente, do atual cenário de crise econômica iniciada em 2015 que resultou em sucessivas desacelerações da economia e consequente retração no consumo, impactando fortemente as operações do Varejo.

A crise econômica iniciada em 2015 foi um dos mais graves períodos de crise da história recente do País no campo econômico, com repercussão significativa nas operações do Varejo. A Companhia adotou diversas medidas para mitigar os impactos causados, no entanto, insuficientes para reverter o quadro que se apresentava, agravado por outros acontecimentos não esperados, tais como: um aumento do preço médio dos livros abaixo das expectativas, o encolhimento de categorias relevantes que integravam o faturamento da Companhia, as dificuldades de contratação de novas linhas de crédito, os obstáculos enfrentados para a realização de créditos tributários e a inesperada queda de faturamento decorrente de problemas originados pela implementação do novo sistema de gestão. Tais acontecimentos comprometeram, significativamente, a obtenção dos resultados desejados e frustraram a perspectiva da Companhia de poder honrar com as suas obrigações de curto prazo.

Com o agravamento da crise econômica, a Administração da Companhia, em seu melhor julgamento, apresentou em 23 de novembro de 2018 pedido de recuperação judicial, cujo Plano foi aprovado em AGE de 29 de agosto de 2018, como forma de enfrentamento dos impactos da crise econômica sobre o mercado editorial. O pedido de recuperação foi deferido e a administradora judicial nomeada em 26 de novembro de 2018. Em 1 de agosto de 2019, foi juntada ao processo a revisão do Plano de Recuperação Judicial (“PRJ”), apresentado em 4 de fevereiro de 2019, tendo sido homologado em 17 de setembro de 2019 (Nota Explicativa nº 31).

A Administração envidou todos os esforços para assegurar efetividade aos ajustes necessários a continuidade operacional da Companhia previstos no Plano de Recuperação Judicial aprovado, tais como a reestruturação do passivo e a preservação de investimentos considerados essenciais à

Notas Explicativas

continuidade operacional, e alterações na estrutura de Governança Corporativa, que demonstravam a viabilidade futura da Companhia. No entanto, mesmo diante do rigoroso cumprimento dos pagamentos aos credores e das medidas adotadas nos termos do PRJ, a Companhia apurou resultados abaixo das expectativas de crescimento estimadas e continuou com dificuldades de geração de caixa.

Nos termos previstos pelo PRJ, a Companhia elegeu um novo Conselho de administração e contratou um novo CEO, em um movimento de fortalecimento e aprimoramento de sua governança. Por meio dessas medidas, a Companhia deu início a um novo Plano de Ação para reestruturação das operações e recuperação dos resultados econômicos voltado a preservar a manutenção da fonte produtora e a continuidade do negócio.

O Plano de Ação tem por objetivo uma mudança estrutural de processos em todos os níveis de atividades da Companhia, por meio da inserção de uma cultura de reestruturação.

O Plano de Ação foi aprovado pelo novo Conselho de Administração em reunião realizada em 19 de fevereiro de 2020 e está baseado em três projetos, que serão implementados nos próximos meses:

- Nova gestão de abastecimento

Encerramento das atividades do Centro de distribuição localizado em Cajamar e abastecimento descentralizado, conforme alinhamento prévio com fornecedores;

- Full e-commerce

Definição de uma estratégia de rentabilidade por meio de menor volume de vendas com maiores margens e uma redução de custos fixos e variáveis por meio da terceirização das atividades de distribuição, gestão de estoque e cobrança do canal de vendas online. Permanecerão sob a responsabilidade das equipes internas a gestão do canal de vendas;

- Terceirização do Back-office

Redução de custos fixos, despesas administrativas e de ocupação, por meio da terceirização da operação de back-office;

A Administração, ciente da relevância dos desafios está mobilizada para a realização dos ajustes que forem necessários para assegurar o sucesso do novo Plano de Ação e, assim, está otimista em seu julgamento acerca da sua capacidade de recuperação e manutenção da atividade operacional.

2. BASE DE PREPARAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

2.1. *Declaração de conformidade*

As demonstrações contábeis compreendem as demonstrações contábeis individuais e consolidadas, preparadas conforme as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) e de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Notas Explicativas

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis, e apenas essas informações, estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas na gestão da Administração da Controladora e do Varejo (“Companhia”).

Na reunião do Conselho de Administração realizada em 25 de março de 2020 foi autorizada a conclusão e divulgação das presentes demonstrações contábeis individuais e consolidadas, que contemplam, quando aplicável, os eventos subsequentes ocorridos após 31 de dezembro de 2019.

2.2. *Base de mensuração*

As demonstrações contábeis individuais e consolidadas foram elaboradas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos.

2.3. *Moeda funcional e de apresentação*

A moeda funcional e de apresentação utilizada nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas é o real (R\$).

2.4. *Principais fontes de julgamento e estimativas*

A elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas requer da Administração certos julgamentos e o uso de premissas e estimativas com base na experiência e em outros fatores considerados relevantes, que afetam os valores reportados de ativos e passivos, receitas e despesas e que podem apresentar resultados divergentes dos resultados efetivos.

As estimativas e premissas subjacentes são revisadas continuamente e os respectivos efeitos são reconhecidos no exercício em que são revistas.

As informações sobre julgamentos relacionados às políticas contábeis adotadas que apresentam efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas e incertezas sobre premissas e estimativas que possuam um risco significativo de resultar em um ajuste relevante no próximo exercício estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- a) Perdas com créditos de liquidação duvidosa – nota explicativa nº 5
- b) Perdas com obsolescência de estoques – nota explicativa nº 6
- c) Impostos diferidos – nota explicativa nº 8
- d) Redução aos valores de recuperação dos ativos – nota explicativa nº 11 e 12
- e) Redução ao valor de recuperação do ágio – nota explicativa nº 12
- f) Programa de fidelização de clientes do Varejo – nota explicativa nº 14
- g) Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas – nota explicativa nº 18
- h) Valor justo dos instrumentos financeiros derivativos e não derivativos – nota explicativa nº 27

Notas Explicativas

3. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

As políticas a seguir são adotadas pela Controladora e pelo Varejo e foram aplicadas de forma consistente para os exercícios apresentados nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

a) Base de consolidação

As demonstrações contábeis de empresa controlada são incluídas nas demonstrações contábeis consolidadas a partir da data em que se obtém o controle até a data em que tal controle deixa de existir.

Controlada

As políticas financeiras, operacionais e contábeis do Varejo são controladas e ajustadas pela Administração da Controladora.

Nas demonstrações contábeis individuais da Controladora, as demonstrações contábeis do Varejo são reconhecidas pelo método de equivalência patrimonial e na preparação das demonstrações contábeis consolidadas foram utilizadas demonstrações contábeis do Varejo encerradas na mesma data-base.

Transações eliminadas na consolidação

Os saldos e transações e quaisquer receitas ou despesas derivadas de transações entre a Controladora e o Varejo são eliminados na preparação das demonstrações contábeis consolidadas. Os ganhos e prejuízos não realizados oriundos de transações com o Varejo registrados por equivalência patrimonial são eliminados contra o investimento na proporção da participação da Controladora. Entretanto, os prejuízos não realizados são eliminados somente até o ponto em que não exista evidência de perda por redução ao valor recuperável.

b) Operação descontinuada e ativos não circulantes mantidos para venda

No exercício findo em 31 de dezembro de 2019 estão apresentados como ativos mantidos para a venda o terreno e a edificação da unidade operacional de Guarulhos da Controladora, pelo montante de R\$21.427, equivalentes ao menor valor entre o valor contábil e o valor justo diminuído das despesas de venda.

O resultado das operações descontinuadas apresentado no exercício compreende o resultado residual das operações relacionadas ao segmento editorial da Controladora, vendido para a Editora Ática S.A. em 2015

c) Receitas operacionais

As principais receitas estão relacionadas às atividades do Varejo e correspondem a venda de mercadorias e serviços.

A receita é reconhecida pelo valor que reflete a contrapartida que se espera ter o direito em troca da transferência de mercadorias e/ou serviços para o cliente e sua contabilização é determinada de acordo com o modelo de 5 etapas estabelecido pelo CPC 47 – Receita de

Notas Explicativas

Contratos com Clientes, que substituiu todos os requisitos vigentes até 31 de dezembro de 2017 de reconhecimento de receita.

A Administração optou pela aplicação retrospectiva modificada exigida para períodos anuais com início a partir de 01 de janeiro de 2018. Na avaliação da Administração não foram identificadas alterações relevantes no reconhecimento de receitas operacionais em relação ao modelo anterior, essencialmente porque as receitas são reconhecidas mediante a transferência do controle pela entrega das mercadorias e serviços.

As vendas que resultam na concessão de bônus aos clientes do programa de fidelização do Varejo (“Saraiva Plus”) são contabilizadas como receita diferida pelo valor da contrapartida recebida ou a receber, na data das vendas, ajustado pela média da margem de venda. O reconhecimento da receita diferida no resultado é realizado quando os créditos são resgatados pelos clientes e as obrigações cumpridas e/ou por expiração do direito de uso dos pontos.

d) Transações e saldos em moeda estrangeira

As transações em moeda estrangeira são convertidas para a moeda funcional, utilizando-se as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações. Os saldos das contas de balanço são convertidos pela taxa de câmbio vigente nas datas de encerramento dos exercícios. Os ganhos e as perdas de variação cambial resultantes da liquidação dessas transações e da conversão de ativos e passivos monetários em moeda estrangeira são reconhecidos no resultado.

e) Instrumentos financeiros

i) Ativos financeiros não derivativos – reconhecimento e desreconhecimento

Os ativos financeiros não derivativos são reconhecidos no balanço patrimonial somente quando a Controladora, ou o Varejo se tornam parte das disposições contratuais do instrumento.

O desreconhecimento de um ativo financeiro é realizado quando expiram os direitos contratuais, ou quando são transferidos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro.

Ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial se e somente se, há o direito legal de compensar os valores e a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

ii) Ativos financeiros não derivativos – mensuração

Ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado

Os ativos financeiros dessa categoria de instrumentos financeiros são aqueles classificados como mantidos para negociação e designados no seu reconhecimento inicial como sendo mensurados pelo valor justo por meio do resultado. A mensuração desses ativos é pelo valor justo e suas alterações, assim como, os custos das transações são reconhecidos no resultado do exercício quando incorridos.

Notas Explicativas

Empréstimos e recebíveis

Os ativos financeiros não derivativos dessa categoria de instrumentos financeiros são mensurados inicialmente, pelo valor justo acrescido dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à operação. Subsequentemente, esses ativos são mantidos pelo custo amortizado pelo método da taxa efetiva de juros.

Caixa e equivalentes de caixa

Compreendem os saldos de caixa, bancos e de aplicações financeiras com vencimento original de três meses ou menos a partir da data da contratação, utilizados na gestão das obrigações de curto prazo. Esses ativos possuem liquidez e estão sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor.

iii) Passivos financeiros não derivativos – reconhecimento, baixa e mensuração

Os passivos financeiros não derivativos são reconhecidos no balanço patrimonial somente quando a Controladora, ou Varejo se tornam parte das disposições contratuais do instrumento. Os passivos financeiros são desreconhecidos quando cessam ou são extintas as obrigações contratuais, pela retirada de uma das partes, pelo cancelamento ou pelo vencimento.

Os passivos financeiros não derivativos são mensurados inicialmente, pelo valor justo acrescido dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à operação. Subsequentemente, os passivos financeiros são mensurados pelo custo amortizado através do método de taxa efetiva de juros.

iv) Instrumentos financeiros derivativos, incluindo contabilidade de hedge

Compreendem as operações cujo valor se altera em resposta à mudanças na taxa de câmbio, liquidadas em datas futuras. Os instrumentos financeiros derivativos são reconhecidos pelo valor justo na data da contratação e ajustados pelo valor justo na data de encerramento de cada exercício. São consideradas nessa categoria as operações de “swap” para os empréstimos em moeda estrangeira.

Contabilidade de hedge (hedge accounting) para proteção de empréstimos em moeda estrangeira

A Administração adota as regras de contabilidade de hedge para registrar, nos mesmos períodos contábeis, os efeitos do derivativo formalmente designado como instrumento de hedge, assim como do item protegido, relacionados às diferenças entre as moedas estrangeiras e a moeda funcional.

A parcela efetiva do hedge, correspondente às diferenças de moedas estrangeiras resultantes da reconversão de um ativo financeiro designado como hedge é reconhecida em outros resultados abrangentes e acumulada na rubrica “Ajustes de avaliação patrimonial”, no patrimônio líquido. A parcela não efetiva do hedge é reconhecida no resultado. A parcela mantida em conta de ajuste de avaliação patrimonial é reclassificada para o resultado com a liquidação do passivo financeiro objeto de hedge. A operação com derivativos foi liquidada no exercício findo em 31 de dezembro de 2018.

Notas Explicativas

f) Contas a receber de clientes e perdas esperadas com créditos de liquidação duvidosa

Registradas pelo valor nominal dos títulos representativos desses créditos, líquidas de perdas esperadas com créditos de liquidação duvidosa e dos créditos considerados irrecuperáveis.

As perdas esperadas para os títulos a receber, vencidos e a vencer e recebíveis de cartão de crédito são estimadas com base na probabilidade de recebimento e levam em consideração em seu cálculo, o histórico de perdas.

As contas a receber de clientes não são ajustadas a valor presente por apresentarem vencimento no curto prazo e porque os efeitos não são relevantes nas demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

g) Estoques de mercadorias para revenda

Registrados pelo custo médio de aquisição e, quando aplicável, deduzidos de perdas com obsolescência para ajustá-los ao valor líquido de realização, quando este for inferior.

As perdas com obsolescência do estoque de mercadorias para revenda do Varejo são estimadas e reconhecidas para itens sem movimentação ou baixo giro, obsoletos e para os itens que não apresentarem condição de venda, mediante análises periódicas conduzidas pela Administração de acordo com critérios estabelecidos na política interna para obsolescência de estoques.

h) Investimentos

Os investimentos em controladas são avaliados pelo método de equivalência patrimonial nas demonstrações contábeis individuais da Controladora. O lucro não realizado decorrente das operações comerciais da Controladora com o Varejo é eliminado por meio de equivalência patrimonial (Nota explicativa nº10).

i) Imobilizado

Registrado ao custo de aquisição, formação ou construção, deduzido de depreciação acumulada e, quando aplicável, de perdas para redução ao valor recuperável. A depreciação é calculada pelo método linear às taxas que levam em consideração o tempo de vida útil-econômica dos bens (Nota explicativa nº 11). As instalações e benfeitorias nas unidades locadas da Controladora e do Varejo são depreciadas pelo prazo de locação, ou pelo tempo de vida útil-econômica estimada dos bens, dos dois, o menor (Nota explicativa nº 11).

Os encargos financeiros dos empréstimos obtidos para expansão e reforma das lojas do Varejo não estão incluídos no custo de aquisição dos itens do ativo imobilizado, dado que o tempo médio de montagem e abertura de uma loja é de aproximadamente três meses, não se enquadrando na definição de ativo qualificável.

Até o exercício findo em 31 de dezembro de 2018, os ativos mantidos por meio de arrendamento financeiro são depreciados pela vida útil esperada da mesma forma que os ativos próprios ou por um período inferior, quando aplicável, conforme termos do contrato de arrendamento em questão. A partir do exercício iniciado em 1 de janeiro de 2019, os arrendamentos mercantis observam a norma requerida pelo CPC 06(R2).

Notas Explicativas

Um item do imobilizado é baixado após alienação ou quando não há benefícios econômicos futuros resultantes do uso contínuo do ativo. Quaisquer ganhos ou perdas na venda ou baixa de um item do imobilizado são determinados pela diferença entre os valores recebidos na venda e o valor contábil do ativo, assim reconhecidos no resultado.

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada encerramento de exercício e eventuais ajustes, quando aplicável, são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis.

j) Intangível

Adquiridos separadamente:

Ativos intangíveis com vida útil definida e adquiridos separadamente são registrados ao custo, deduzido da amortização e, quando aplicável, das perdas por redução ao valor recuperável. A amortização é reconhecida linearmente com base na vida útil estimada (nota explicativa nº 12).

Os gastos com cessão comercial pagos pelo Varejo quando da assinatura dos contratos de aluguéis dos imóveis comerciais são considerados itens do ativo intangível na data de assinatura dos contratos. A amortização é linear, pelo prazo de locação e não se aplica ao valor residual, quando existente.

Gerados internamente:

Os gastos com atividades de pesquisa, quando realizadas são reconhecidos como despesa no exercício em que são incorridos.

O ativo intangível gerado internamente, resultante de gastos com desenvolvimento de software, é reconhecido somente se demonstradas cumulativamente as seguintes condições: (i) a viabilidade técnica de completar o ativo intangível para que seja disponibilizado para uso ou venda; (ii) a intenção de se completar o ativo intangível e usá-lo ou vendê-lo; (iii) a habilidade de usar ou vender o ativo intangível, a geração de prováveis benefícios econômicos futuros e a disponibilidade de recursos técnicos, financeiros e outros para completar o desenvolvimento; e (iv) a habilidade de mensurar, com confiabilidade, os gastos atribuíveis ao ativo durante seu desenvolvimento.

O montante inicialmente reconhecido corresponde aos gastos incorridos desde quando o ativo intangível passou a atender aos critérios de reconhecimento. Subsequentemente, os ativos são registrados pelo custo de formação, deduzido da amortização e, quando aplicável, da perda por redução ao valor recuperável.

Baixa de ativos intangíveis

Um ativo intangível é baixado na alienação ou quando não há benefícios econômicos futuros resultantes do uso ou da alienação. Os ganhos ou as perdas resultantes da baixa de um ativo intangível, mensurados como a diferença entre as receitas líquidas da alienação e o valor contábil do ativo, são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado.

Notas Explicativas

Ágio

O ágio apresentado nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas é resultante da aquisição e incorporação de empresa adquirida em 2008, amortizado linearmente à taxa de 20% ao ano até 31 de dezembro de 2008. Desde 1º de janeiro de 2009, o ágio deixou de ser amortizado e passou a ser submetido ao teste de recuperação em bases anuais e independentemente da existência de indicadores de perda.

k) Avaliação do valor recuperável dos ativos

i. Ativos financeiros não derivativos

Ativos financeiros não classificados como ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado, incluindo investimentos contabilizados pelo método da equivalência patrimonial, são avaliados a cada data de balanço para determinar se há evidência objetiva de perda de valor recuperável.

Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram perda de valor recuperável inclui:

- inadimplência ou atrasos do devedor;
- reestruturação de um valor devido à Controladora e a empresa controlada em condições que a Controladora e a empresa controlada não considerariam em condições normais;
- indicativos de que o devedor ou emissor irá entrar em falência;
- mudanças negativas na situação de pagamentos dos devedores ou emissores;
- o desaparecimento de um mercado ativo para o instrumento;
- dados observáveis indicando que houve um declínio na mensuração dos fluxos de caixa esperados de um grupo de ativos financeiros.

Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado

A Controladora e o Varejo consideram evidência de perda de valor de ativos, mensurados pelo custo amortizado, tanto individualmente como em conjunto. Todos os ativos individualmente significativos são avaliados para identificar a perda por redução ao valor recuperável. Para os ativos que, individualmente, não apresentaram perda de valor é realizada, então, a avaliação conjunta para identificação de qualquer perda, ainda não identificada na avaliação individual. Para os ativos que não são individualmente significativos, a avaliação é realizada em conjunto com base no agrupamento de ativos com características de risco similares.

Ao avaliar a perda por redução ao valor recuperável para o conjunto de ativos, a Controladora e o Varejo utilizam tendências históricas do prazo de recuperação e dos valores de perda incorridos, ajustados para refletir se o julgamento da Administração sobre se as condições econômicas e de crédito atuais são tais que as perdas reais provavelmente serão maiores ou menores que as sugeridas pelas tendências históricas.

Uma perda por redução ao valor recuperável é calculada como a diferença entre o valor contábil e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados à taxa de juros efetiva original do ativo. As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em uma conta de provisão. Quando a Controladora e o Varejo consideram que não há expectativas razoáveis de recuperação, os valores são baixados. Quando um evento subsequente indica uma redução da perda estimada, tal redução é revertida por meio do resultado.

Notas Explicativas

Investida contabilizada pelo método da equivalência patrimonial

Uma perda por redução ao valor recuperável referente a investida reconhecida pelo método de equivalência patrimonial é mensurada pela comparação do valor recuperável do investimento com seu valor contábil. Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida no resultado e é revertida se houve uma mudança favorável nas estimativas usadas para determinar o valor recuperável.

ii. Ativos não financeiros

Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Controladora e do Varejo, exceto estoques e imposto de renda e contribuição social diferidos ativos, são revistos a cada data de encerramento do exercício para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Se houver indicação de perda, o valor recuperável do ativo é estimado e o valor contábil ajustado ao valor recuperável, se aplicável. No caso do ágio e dos ativos intangíveis com vida útil indefinida, o valor recuperável é testado anualmente, independentemente de indicação de perda.

Para testes de redução ao valor recuperável, os ativos são agrupados no menor grupo possível de ativos que gera entradas de caixa pelo seu uso contínuo (Unidades Geradoras de Caixa – UGCs), majoritariamente independente das entradas de caixa de outros ativos. O ágio de uma combinação de negócios é alocado às UGCs ou grupos de UGCs que se espera que irão se beneficiar das sinergias da combinação.

O valor recuperável de um ativo ou UGC é o maior entre seus valores em uso ou seu valor justo menos os custos necessários para vendê-lo. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados ao seu valor presente com uso de uma taxa de desconto que reflete as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo ou da UGC.

Uma perda por redução ao valor recuperável de um ativo ou UGC é reconhecida se o valor contábil do ativo ou UGC exceder o seu valor recuperável.

Perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas no resultado. As perdas reconhecidas referentes às UGCs são inicialmente alocadas para redução de qualquer ágio alocado a esta UGC (ou grupo de UGCs), e então para redução do valor contábil dos outros ativos da UGC (ou grupo de UGCs) de forma pro rata.

Uma perda por redução ao valor recuperável relacionada a ágio não é revertida. Quanto aos demais ativos, as perdas de valor recuperável são revertidas somente na extensão em que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida.

l) Empréstimos e financiamentos

Reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, no momento do recebimento dos recursos, acrescido dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis e, subsequentemente, mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de taxa efetiva de juros correspondente ao custo, acrescido de encargos, juros e variações monetárias e cambiais previstos contratualmente, incorridos até a data de encerramento de cada exercício pelo prazo de vigência dos contratos.

Notas Explicativas

Os empréstimos em moeda estrangeira são convertidos para reais pela taxa de câmbio nas datas de encerramento dos exercícios e estão vinculados às operações de “swap”, registradas pelo regime de competência e ambos mensurados ao seu valor justo. Os ganhos e as perdas apurados em virtude desses contratos são reconhecidos como ajustes no resultado financeiro.

m) Custos de transações de captação de empréstimos e financiamentos

Os custos incorridos na captação de recursos com instituições financeiras são apropriados ao resultado pela fluência do prazo de vigência da operação, com base no método de custo amortizado.

n) Provisões

A provisão é reconhecida mediante uma obrigação presente, legal ou construtiva, resultante de um evento passado que demande uma saída provável de recursos financeiros para liquidar a obrigação, cujo montante possa ser razoavelmente estimado no encerramento de cada exercício.

A provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas é registrada quando há uma obrigação presente e a probabilidade de saída de recursos para liquidar a obrigação, sendo observada a natureza de cada risco, com base na opinião dos assessores jurídicos da Controladora e do Varejo. Os fundamentos e a natureza da provisão para riscos estão descritos na nota explicativa nº 18.

Os passivos contingentes classificados como perdas possíveis e que haja expectativa de saída de caixa não são reconhecidos, entretanto, são divulgados.

Os passivos são periodicamente avaliados para determinar se existem evidências de uma provável saída de recursos que incorporam benefícios econômicos para liquidar as obrigações.

o) Arrendamento mercantil

Até o exercício findo em 31 de dezembro de 2018, os arrendamentos são classificados como financeiros sempre que os termos do contrato de arrendamento transferir substancialmente todos os riscos e benefícios da propriedade do bem para o arrendatário. Os demais casos são classificados como arrendamento operacional.

- Arrendamentos operacionais

Os pagamentos efetuados para arrendamentos operacionais são registrados como despesa pelo método linear, durante o prazo do arrendamento. Os pagamentos contingentes (parcela variável em virtude da receita de vendas) são reconhecidos como despesa nos exercícios em que são incorridos.

- Arrendamentos financeiros

Capitalizados no ativo imobilizado no início do arrendamento pelo menor valor entre o valor justo do bem arrendado e o valor presente dos pagamentos mínimos do arrendamento em contrapartida às correspondentes obrigações, líquidas dos encargos

Notas Explicativas

financeiros, registradas nos passivos circulante e não circulante, de acordo com o prazo do contrato.

A partir do exercício iniciado em 1 de janeiro de 2019, os arrendamentos mercantis observam a norma requerida pelo CPC 06(R2).

p) Imposto de renda e contribuição social - correntes e diferidos

- Correntes

As provisões para Imposto de Renda Pessoa Jurídica (“IRPJ”) e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (“CSLL”) são calculadas de acordo com a legislação tributária vigente no País, pelas alíquotas vigentes sobre o lucro real, apurado a partir do lucro líquido contábil ajustado pelas adições de despesas consideradas não dedutíveis e exclusões de receitas consideradas não tributáveis; e compensado por prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social, limitada a 30% do lucro real apurado para o exercício.

- Diferidos

O IRPJ e a CSLL diferidos são calculados sobre prejuízos fiscais e bases negativas de CSLL e sobre diferenças temporárias apuradas pelo Varejo, e sobre diferenças temporárias da Controladora. O IRPJ e a CSLL diferidos ativos são reconhecidos no montante provável em que os lucros tributáveis futuros serão suficientes para deduzir todas as diferenças temporárias, os prejuízos fiscais e as bases negativas de CSLL.

O IRPJ e a CSLL diferidos são calculados pelas alíquotas aplicáveis previstas no exercício quando realizado o ativo ou liquidado o passivo sobre os quais são calculados. Os impostos diferidos são reconhecidos como receita ou despesa e incluídos no resultado. A recuperação do saldo dos impostos diferidos ativos é revisada no encerramento de cada exercício e, quando não for mais provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis para permitir a recuperação de todo o ativo, ou parte dele, o saldo do ativo é ajustado pelo montante estimado de recuperação.

Os ativos e passivos fiscais diferidos, representados pelo IRPJ e CSLL diferidos, são apresentados compensados, exceto nas demonstrações contábeis consolidadas.

Os ativos fiscais diferidos são calculados com base em estudo sobre a expectativa de realização do lucro tributável futuro, trazido a valor presente e deduzido de todas as diferenças temporárias. O cálculo é anualmente revisado e aprovado pela Administração. As projeções dos resultados futuros consideram as principais variáveis de desempenho da economia brasileira, o volume e o preço das vendas e as alíquotas dos tributos.

q) Receita diferida – programa de fidelização de clientes

A receita de vendas obtida pelo programa de fidelização do Varejo é registrada na rubrica “receita diferida - programa de fidelização” pelo valor dos pontos acumulados, ajustado pela média da margem de venda. A receita diferida é reconhecida no resultado pela efetiva utilização pelos clientes do seu direito de uso dos créditos – Bônus, assim como, pela efetiva expiração do Bônus.

Notas Explicativas

O valor de cada ponto é calculado com base na quantidade de pontos necessária para obtenção do direito ao Bônus e ajustado pela média do custo da mercadoria vendida. De acordo com o regulamento do programa vigente desde 16 de junho de 2017, os pontos conquistados por meio das compras têm validade de 12 meses e a cada 500 pontos o cliente adquire o direito ao Bônus e recebe um voucher no valor de R\$10,00 para ser utilizado em até três meses como desconto em compras realizadas de qualquer produto nas lojas e no comércio eletrônico do Varejo.

r) Benefícios a empregados

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são mensurados em uma base não descontada e são incorridas como despesas conforme o serviço relacionado seja prestado.

O passivo relacionado aos planos de bonificação em dinheiro ou participação nos lucros de curto prazo, quando aplicável é reconhecido se houver uma obrigação legal ou construtiva de pagar esse valor em função de serviço passado prestado pelo empregado, e ainda, se a obrigação puder ser estimada de maneira confiável.

s) Remuneração baseada em ações

O plano de remuneração baseado em ações para executivos da Controladora e do Varejo é mensurado pelo valor justo dos instrumentos de patrimônio na data de outorga. Os detalhes da determinação do valor justo estão descritos na nota explicativa nº 19 d).

O valor justo das opções de compra determinado na data da outorga de cada programa é registrado pelo método linear como despesa ao resultado dos exercícios durante o prazo no qual o direito é adquirido, com base em estimativas sobre quais opções concedidas serão exercidas.

t) Dividendos e juros sobre o capital próprio

A proposta de distribuição de dividendos e juros sobre o capital próprio efetuados pela Administração da Controladora que estiverem dentro da parcela equivalente ao dividendo mínimo obrigatório é registrada como passivo na rubrica “dividendos e juros sobre o capital próprio” por ser considerada como uma obrigação estatutária da Controladora. Por outro lado, a parcela dos dividendos e juros sobre o capital próprio superior ao dividendo mínimo obrigatório, declarada pela Administração após o encerramento do exercício a que se referem as demonstrações contábeis, mas antes da data de autorização para emissão das referidas demonstrações, é registrada na rubrica “dividendos adicionais propostos”.

u) Apresentação do lucro líquido por ação

O resultado por ação é apresentado em básico e diluído, nos termos do pronunciamento técnico CPC 41 - Resultado por Ação (IAS 33), conforme nota explicativa nº 26.

v) Receitas financeiras e despesas financeiras

O resultado financeiro compreende basicamente juros ativos de aplicações financeiras e impostos a recuperar; e juros passivos e variações monetárias e cambiais de empréstimos e financiamentos e impostos a recolher. Os juros são reconhecidos no resultado do exercício utilizando-se a metodologia de taxa efetiva de juros e as variações monetárias e cambiais, de acordo com as taxas vigentes nas datas de encerramento do exercício.

Notas Explicativas

w) *Informação por segmento*

Os resultados por segmentos que são reportados à Diretoria e ao Conselho de Administração incluem itens diretamente atribuíveis ao segmento, bem como aqueles que podem ser alocados em bases razoáveis. Eventualmente são utilizadas, em determinadas análises, informações detalhadas sobre produtos e outras divisões do Grupo que não se qualificam como segmentos para divulgação. Para os exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2019 e 2018, o único segmento em operação é o denominado Varejo.

x) *Demonstração do valor adicionado (“DVA”)*

A DVA tem por finalidade evidenciar a riqueza criada e sua distribuição durante determinado período conforme requerido pela legislação societária brasileira, como parte de suas demonstrações contábeis individuais e como informação suplementar às demonstrações contábeis consolidadas, porque não é prevista nem requerida pelas IFRS. A DVA foi preparada com base em informações obtidas dos registros contábeis que servem de base de preparação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas e seguindo as disposições contidas no pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado.

y) *Novas normas e interpretações emitidas pelo IASB e CPC*

Normas e emendas que estão vigentes partir de 1º de janeiro de 2019:

IFRS 16 – Arrendamentos mercantis – CPC 06(R2)

A Companhia e o Varejo adotaram em 1º de janeiro de 2019, data da transição, o IFRS 16/CPC06 (R2) – “Operações de Arrendamento Mercantil”, que determina o reconhecimento, a partir da data da transição, do direito de uso do ativo arrendado e o passivo dos pagamentos futuros para todos os contratos de arrendamento mercantil ou operações com as mesmas características de um arrendamento, e que inclui o direito de controlar e obter os benefícios sobre o uso de determinado ativo identificado (específico), a menos que sejam enquadrados por algum tipo de isenção.

A nova norma define os princípios para reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação dos arrendamentos mercantis e introduz um modelo único de contabilização no balanço patrimonial para os arrendatários. O arrendatário deve reconhecer um ativo que representa o seu direito de uso do bem arrendado e, um passivo de arrendamento, que representa a sua obrigação de efetuar pagamentos de arrendamento. Isenções opcionais estão previstas para arrendamentos de curto prazo e itens de baixo valor. Para os arrendadores, o tratamento contábil permanece praticamente o mesmo, com a classificação dos arrendamentos como arrendamentos operacionais ou arrendamentos financeiros.

A Companhia e o Varejo adotaram o CPC 06 (R2)/IFRS 16 utilizando a abordagem retrospectiva simplificada, que não requer a rerepresentação dos valores correspondentes, e que não impacta o patrimônio líquido na data da adoção inicial, bem como não altera o cálculo de dividendos e possibilita a adoção de expedientes práticos, sendo os efeitos apresentados a partir de 1º de janeiro de 2019.

Notas Explicativas

Transição

Os passivos de arrendamento foram mensurados pelo valor presente dos pagamentos remanescentes, descontados pela taxa de empréstimo incremental da Companhia e do Varejo em 1º de janeiro de 2019. Os ativos de direito de uso foram mensurados ao valor equivalente ao passivo de arrendamento na data de adoção inicial, ajustado pelo valor de quaisquer pagamentos de arrendamento antecipados ou acumulados referentes a esse arrendamento que tiver sido reconhecido no balanço patrimonial imediatamente antes da data da aplicação inicial.

Isenções

A Companhia e o Varejo optaram por utilizar o expediente prático de transição e não reconhecer os ativos de direito de uso e os passivos de arrendamento para alguns arrendamentos de ativos de baixo valor (por exemplo, alugueis de impressoras, máquinas de café, etc.), bem como de curto prazo. A Companhia e o Varejo reconhecem os pagamentos associados a esses arrendamentos como despesa pelo método linear ao longo do prazo do arrendamento.

Impactos da adoção do CPC 06(R2) nas demonstrações contábeis consolidadas

	Demonstrações contábeis divulgadas em 31/12/18	Impactos referente adoção do CPC 06 (R2)	Demonstrações contábeis divulgadas em 01/01/19
Ativo			
Circulante	483.634	-	483.634
Não circulante	495.040	342.873	837.913
Imobilizado (direito de uso)	-	342.873	342.873
Total do ativo	978.674	342.873	1.321.547
Passivo			
Circulante	800.036	32.881	832.917
Arrendamento mercantil	-	32.881	32.881
Não circulante	57.720	309.992	367.712
Arrendamento mercantil	-	309.992	309.992
Patrimônio líquido	120.918	-	120.918
Total do passivo e patrimônio líquido	978.674	342.873	1.321.547

Notas Explicativas

A Companhia e o Varejo analisaram dentro das operações que se enquadram no escopo da norma os efeitos relativos às contingências e riscos de impairment e não identificaram impactos.

IFRIC 23 – Incerteza sobre o tratamento dos tributos sobre a renda

Esta interpretação, esclarece como aplicar os requisitos de reconhecimento e mensuração quando há incerteza sobre a aceitação dos tratamentos adotados pela autoridade fiscal, relacionados ao imposto de renda e contribuição social. A Administração da Companhia e do Varejo avaliaram a interpretação e não identificaram riscos significativos, decorrentes dos tratamentos fiscais utilizados pela Companhia e Varejo, que possam gerar questionamentos ou não serem aceitos pelo Fisco, adicionalmente a adoção não causou impactos significativos em suas demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

Outras normas não aplicáveis a Companhia e o Varejo

- Alterações na IFRS 9 – recursos de pré-pagamento com compensação negativa
- Alterações IAS 28 – participação de longo prazo em coligadas e joint ventures
- Alterações na IFRS 10 e IAS 28 – venda ou constituição de ativos entre um investidor e sua coligada ou joint venture;

Normas e Interpretações ainda não vigentes:

A Companhia e o Varejo não avaliaram os impactos na preparação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas para as seguintes normas que serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2020.

- Alterações nas referências à estrutura conceitual nas normas IFRS;
- Definição de um negócio (alterações ao CPC 15/IFRS 3); e
- Definição de materialidade (emendas ao CPC 26/IAS 1 e CPC 23/IAS 8)

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA E APLICAÇÕES FINANCEIRAS

a) Caixa e equivalente de caixa

	Controladora		Consolidado	
	31/12/19	31/12/18	31/12/19	31/12/18
Caixa e bancos - conta movimento	2.603	119	20.464	49.110
Aplicações financeiras - equivalente de caixa	-	641	-	46.313
	<u>2.603</u>	<u>760</u>	<u>20.464</u>	<u>95.423</u>

Notas Explicativas**b) Aplicações financeiras**

	<u>Consolidado</u>	
	<u>31/12/19</u>	<u>31/12/18</u>
Aplicações financeiras	<u>-</u>	<u>6</u>

A exposição a riscos de taxa de juros e análise de sensibilidade para ativos e passivos financeiros são divulgados na nota explicativa nº 27.

5. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES

	<u>Consolidado</u>	
	<u>31/12/19</u>	<u>31/12/18</u>
Títulos a receber	7.734	10.910
Recebíveis de cartão de crédito e débito	<u>15.846</u>	<u>47.114</u>
	23.580	58.024
Perda esperada	<u>(311)</u>	<u>(339)</u>
	<u>23.269</u>	<u>57.685</u>

O prazo médio de recebimento das vendas de mercadorias realizadas pelo Varejo (“títulos a receber”) é de 27 dias (55 dias em 31 de dezembro de 2018). As contas a receber representadas por cartões de crédito estão distribuídas, substancialmente, nas seguintes adquirentes: Private Label, Rede e Wirecard.

A Administração não reconheceu o ajuste a valor presente, uma vez que as operações são de curto prazo, e considera irrelevante o efeito de tais ajustes, quando comparado com as demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

A exposição máxima ao risco de crédito na data de encerramento de cada período é o valor contábil de cada faixa de idade de vencimento.

Notas Explicativas

Composição dos saldos por vencimento

	<u>Consolidado</u>	
	<u>31/12/19</u>	<u>31/12/18</u>
A vencer	22.388	53.693
Vencidos:		
Até 60 dias	802	1.420
De 61 a 90 dias	34	587
De 91 a 180 dias	12	533
Acima de 180 dias	<u>345</u>	<u>1.791</u>
	<u>23.580</u>	<u>58.024</u>

As contas a receber de clientes do Varejo estão representadas, em sua maior parte, por recebíveis em cartões de crédito e débito, cujas perdas são originadas por cancelamento das vendas, ou *charge back*, seja por não reconhecimento da compra por parte do titular do cartão, seja por fraude na utilização de cartões. As perdas esperadas relacionadas com o recebimento de cartões utilizam como base para sua estimativa as vendas realizadas e o histórico de perdas e são ajustadas pelo recebimento dos créditos. As perdas esperadas com créditos de liquidação duvidosa para os títulos a receber são estimadas com base na probabilidade de recebimento e levam em consideração em seu cálculo, créditos vencidos há mais de 180 dias e evidências objetivas de insolvência, inadimplência ou atrasos do devedor. Não foram identificadas outras perdas relevantes na análise de *impairment* dos recebíveis.

Valor das perdas registradas no resultado do exercício

	<u>Consolidado</u>	
	<u>31/12/19</u>	<u>31/12/18</u>
Perda estimada com créditos de liquidação duvidosa	(311)	(107)
Perda efetiva com títulos a receber e cartão de crédito	(899)	(18.799)
Recuperação de créditos considerados irrecuperáveis	<u>6</u>	<u>107</u>
	<u>(1.204)</u>	<u>(18.799)</u>

6. ESTOQUES

	<u>31/12/19</u>	<u>31/12/18</u>
Mercadorias para revenda	135.691	197.148
(-) Perda com obsolescência	(35.082)	(24.001)
Materiais de embalagem e consumo	<u>1.917</u>	<u>1.704</u>
	<u>102.526</u>	<u>174.851</u>

Notas Explicativas

Mercadorias recebidas em consignação

O Varejo possui volume expressivo de mercadorias recebidas em consignação da categoria Livros, equivalentes a R\$117.007 (R\$102.448 em 2018). O estoque consignado é registrado em rubricas específicas de controle para apropriação do custo das mercadorias vendidas e dos montantes a pagar sob essa forma contratual, de tal modo que os estoques apresentados nas demonstrações contábeis reflitam apenas as mercadorias adquiridas por compra firme. O custo das vendas de mercadorias é apropriado ao resultado para cada unidade vendida, na data da venda, indistintamente se as mercadorias foram recebidas em consignação ou adquiridas em compra firme.

Perda com obsolescência de estoques

As perdas com obsolescência nas operações do Varejo são estimadas para os grupos de itens similares do estoque em que houve evidência de que o valor líquido de realização das mercadorias, pela sua venda durante o curso normal dos negócios será inferior ao valor de custo, por deterioração, obsolescência, baixo giro ou por ausência de movimentação de acordo com critérios estabelecidos na política de perdas com obsolescência dos estoques, adotada pela Companhia.

Entre as ações adotadas pela Administração em 2018 voltadas para o aumento da rentabilidade e o fortalecimento do caixa, foi implementada importante adaptação do mix de produtos às circunstâncias de mercado com o redirecionamento para os segmentos de livros e a descontinuação das categorias de tecnologia (informática, telefonia, assistência técnica e aventura e lazer). As ações para realização do estoque de tecnologia exigiram revisão da estimativa de perda para esse estoque no primeiro semestre de 2019.

7. IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES A RECUPERAR

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>31/12/19</u>	<u>31/12/18</u>	<u>31/12/19</u>	<u>31/12/18</u>
Contribuição para o Financiamento da				
Seguridade Social - COFINS (ii)	1.730	1.744	88.504	127.655
Programa de Integração Social - PIS (ii)	32	39	16.893	26.485
Imposto de Renda Pessoa Jurídica - IRPJ (iii)	2.700	2.745	15.054	26.210
Contribuição Social sobre o Lucro				
Líquido - CSLL (iii)	1.932	2.216	10.804	14.154
Imposto sobre Circulação de Mercadorias				
e Serviços - ICMS a recuperar (i)	-	-	79.312	97.383
Outros	179	179	260	261
	<u>6.573</u>	<u>6.923</u>	<u>210.827</u>	<u>292.148</u>
Ativo circulante	179	179	44.175	97.976
Ativo não circulante	<u>6.394</u>	<u>6.744</u>	<u>166.652</u>	<u>194.172</u>
	<u>6.573</u>	<u>6.923</u>	<u>210.827</u>	<u>292.148</u>

Notas Explicativas

- (i) ICMS e ICMS por substituição tributária (ICMS ST) das operações comerciais e de abastecimento do Varejo, no montante de R\$79.312, líquidos de provisão para perda do valor realizável no montante de R\$25.725 (R\$17.329 em 2018). O montante de provisão para perda do valor realizável constituída no exercício foi de R\$8.396. Estão em curso, medidas administrativas endereçadas à Secretaria de Fazenda do Estado de São Paulo, onde estão centralizadas as operações de abastecimento do Varejo, com o propósito de recuperação de créditos acumulados por meio do sistema e-CredAc – custeio, nos termos da legislação vigente no RICMS – SP, da ordem de R\$67.059 dos quais o Varejo estima receber via processo administrativo e-CredAc, R\$34.919, líquido de perda ao valor de realização de R\$2.100, sem prejuízo dos montantes não deferidos, que poderão ser recuperados na operação. Com a redução no mix de produtos ofertados pelo Varejo relacionados a produtos tributados pelo ICMS iniciada a partir do último trimestre de 2018 houve uma redução substancial nos montantes acumulados de créditos tributários, assim como uma redução nos montantes recuperados por meio das operações tributadas.
- (ii) Representado, substancialmente, por créditos das contribuições PIS/COFINS, originados nas operações do Varejo, no montante de R\$103.635 (R\$152.357 em 31 de dezembro de 2018), líquidos de perda ao valor de realização de R\$97.757, apropriados sobre compras de mercadorias e serviços, insumos e despesas, nos termos da legislação vigente, entre o período de 2014 a 2019, não compensados até a data de encerramento do exercício com o valor devido apurado e pago das respectivas contribuições.

Exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e COFINS

O Varejo discute em quatro ações judiciais a exclusão do ICMS da base de cálculo das contribuições PIS e COFINS, objeto de julgamento do Recurso Extraordinário com Repercussão Geral – RE 574.706/PR, que definiu que o ICMS, por não compor faturamento ou receita bruta das empresas, deve ser excluído da base de cálculo das referidas contribuições. Para três dos processos em curso houve o trânsito em julgado em dezembro de 2018, agosto e setembro de 2019. Em virtude da complexidade que envolve o tema, considerando que boa parte das mercadorias sujeitas ao ICMS estão sob o regime de substituição tributária e que os cálculos retroagem até o ano de 2001, dificultando sobre maneira o levantamento de documentos e informações, a Companhia contratou consultoria especializada independente para auxiliar o cálculo dos montantes que poderão ser excluídos das contribuições PIS e COFINS e adotou, entre os cálculos possíveis, o cálculo mais conservador, alinhado ao entendimento da Receita Federal do Brasil – RFB. . No exercício encerrado em 31 de dezembro de 2019 foram constituídos créditos tributários no montante de R\$15.216, líquidos de perda ao valor de realização de R\$35.503, relacionados às três ações que tiveram o trânsito em julgado.

- (iii) Representado por créditos resultantes das apurações anuais do imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido, recolhidos pelo regime de estimativa.

Notas Explicativas**8. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL**

a) Imposto de renda e contribuição social diferidos

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>31/12/19</u>	<u>31/12/18</u>	<u>31/12/19</u>	<u>31/12/18</u>
Ativo não circulante:				
Provisões para impostos e contribuições a recolher	-	-	362	1.583
Provisão contingências cíveis e trabalhistas	7.657	1.227	41.224	3.441
Provisão para o custo das vendas de mercadorias recebidas em consignação	-	-	6.685	3.987
Perda por redução ao valor recuperável	-	-	52.669	16.737
Outras provisões	-	-	10.291	1.468
	<u>7.657</u>	<u>1.227</u>	<u>111.231</u>	<u>27.216</u>
Passivo não circulante:				
Amortização fiscal do ágio sobre aquisição de empresas	-	-	-	21.214
Custo atribuído ao imobilizado - "terrenos"	5.810	5.810	5.810	5.810
Leasing financeiro	-	-	6.579	4.775
AVP - credores recuperação judicial	1.844	-	98.839	-
Outros	3	3	3	3
	<u>7.657</u>	<u>5.813</u>	<u>111.231</u>	<u>31.802</u>
	<u>-</u>	<u>(4.586)</u>	<u>-</u>	<u>(4.586)</u>
Passivo não circulante	<u>-</u>	<u>(4.586)</u>	<u>-</u>	<u>(4.586)</u>

A realização dos ativos fiscais diferidos, constituídos na Controladora e no Varejo sobre diferenças temporárias, foi considerada até o limite dos passivos fiscais diferidos constituídos sobre as diferenças temporárias.

Os créditos fiscais originados do imposto de renda – IR e da contribuição social sobre o lucro líquido – CSLL calculados, respectivamente sobre prejuízos fiscais e bases negativas de CSLL do Varejo foram revertidos por não existir histórico de lucro tributável, ou evidências de lucros tributáveis no futuro, nos termos do CPC 32 – Tributos sobre o Lucro.

Notas Explicativas

b) Conciliação da despesa efetiva de imposto de renda e contribuição social

	Controladora		Consolidado	
	31/12/19	31/12/18	31/12/19	31/12/18
Prejuízo contábil antes do imposto de renda e da contribuição social	(273.181)	(299.069)	(273.205)	(256.015)
Aliquota fiscal combinada	<u>34%</u>	<u>34%</u>	<u>34%</u>	<u>34%</u>
Imposto de renda e contribuição social pela alíquota fiscal combinada	92.882	101.683	92.890	87.045
Adições permanentes - despesas não dedutíveis	6.954	(33)	(1.747)	(4.719)
Exclusões permanentes:				
Equivalência patrimonial	(100.014)	(99.848)	-	-
Créditos fiscais não registrados	<u>(11.308)</u>	<u>(1.802)</u>	<u>(102.629)</u>	<u>(125.404)</u>
	<u>(11.486)</u>	<u>-</u>	<u>(11.486)</u>	<u>(43.078)</u>
Imposto de renda e contribuição social no resultado do exercício:				
Diferidos	<u>(11.486)</u>	<u>-</u>	<u>(11.486)</u>	<u>(43.078)</u>

9. PARTES RELACIONADAS

a) Transações comerciais e empréstimos de mútuo

As partes relacionadas da Controladora são:

- Varejo - empresa controlada
- Instituto Jorge Saraiva - outras partes relacionadas

As transações com as partes relacionadas compreendem operações de doações; reembolso de despesas da controlada; empréstimo de mútuo; e adiantamento para futuro aumento de capital – AFAC.

As doações são realizadas em espécie ao Instituto Jorge Saraiva, fundado em 2004 e destinado às ações sociais e comunitárias da comunidade local. No exercício encerrado em 31 de dezembro de 2019, foram realizadas doações no montante de R\$596 (R\$551 em 31 de dezembro de 2018).

Em Reunião do Conselho de Administração, com a presença do Conselho Fiscal, realizada em 03 de novembro de 2019 o acionista controlador Sr. Jorge Eduardo Saraiva em cumprimento ao PRJ, utilizará o seu AFAC, no montante de R\$10.000 para integralizar as ações que subscrever. Dessa forma, o montante registrado no passivo circulante foi reclassificado para o Patrimônio Líquido, onde permanecerá até que seja deliberada sua capitalização.

Notas Explicativas

Empréstimos de mútuo obtidos com a Controlada:

	<u>31/12/19</u>	<u>31/12/18</u>
Saldos no início do exercício	2.183	7.996
Empréstimos obtidos	6.709	8.754
Pagamentos efetuados	(569)	(15.100)
Despesas financeiras	<u>296</u>	<u>533</u>
Saldos no fim do exercício	<u><u>8.619</u></u>	<u><u>2.183</u></u>

b) Remuneração dos membros do Conselho de Administração e da Diretoria

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>31/12/19</u>	<u>31/12/18</u>	<u>31/12/19</u>	<u>31/12/18</u>
Pró-labore do conselho de administração	1.349	1.361	1.493	1.469
Pró-labore da diretoria	<u>24</u>	<u>21</u>	<u>1.330</u>	<u>4.141</u>
Subtotal	1.373	1.382	2.823	5.610
Remuneração baseada em ações	18	67	18	67
Outras remunerações	<u>349</u>	<u>341</u>	<u>787</u>	<u>1.329</u>
	<u><u>1.740</u></u>	<u><u>1.790</u></u>	<u><u>3.628</u></u>	<u><u>7.006</u></u>

A Controladora não concede benefícios pós-emprego e benefícios de rescisão de contrato de trabalho. De acordo com a Lei das Sociedades por Ações e com o estatuto social da Controladora, é responsabilidade dos acionistas, em Assembleia Geral, estabelecer o montante global da remuneração anual do Conselho de Administração e da Diretoria. Poderá ser atribuída, aos administradores, participação nos lucros nos termos do artigo 152 da Lei 6.404/76.

As informações relacionadas ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2018 foram retificadas em virtude da apresentação da remuneração do Conselho fiscal, no montante de R\$624 (Pro-labore – R\$520 e Outras – R\$104) juntamente com a remuneração dos membros do conselho de administração.

Notas Explicativas**10. INVESTIMENTOS**

Participação no Varejo e suas principais informações:

	<u>31/12/19</u>	<u>31/12/18</u>
Quantidade de ações do capital social - milhares	489.666	489.666
Quantidade de ações possuídas - milhares	489.626	489.626
Participação no capital social	99,99%	99,99%
Participação do investimento no patrimônio líquido da Controladora (inclui créditos com o Varejo)	100,00%	100,00%
Capital social	515.123	515.123
Patrimônio líquido	(147.846)	146.337
(-) Lucro não realizado em operação de venda do intangível para o Varejo	<u>(4.909)</u>	<u>(25.382)</u>
Total	<u>(152.755)</u>	<u>120.955</u>
Provisão para perda com investimento	<u>(152.743)</u>	<u>-</u>
Investimento	<u>-</u>	<u>120.943</u>

Base de cálculo para o resultado de equivalência patrimonial reconhecido pela Controladora:

	<u>Controladora</u>	
	<u>31/12/19</u>	<u>31/12/18</u>
Base de cálculo do valor de equivalência patrimonial:		
Prejuízo do Varejo	<u>(294.183)</u>	<u>(293.696)</u>
Equivalência patrimonial	<u>(294.159)</u>	<u>(293.672)</u>

Notas Explicativas

Alterações registradas nas contas de investimentos:

	<u>31/12/19</u>	<u>31/12/18</u>
Saldo no início do exercício	120.943	414.068
Participação no resultado do Varejo	(294.159)	(293.672)
Lucro não realizado em operação de venda do intangível para Varejo	20.473	-
Parcela excedente do saldo contábil da participação transferido para o passivo não circulante	152.743	-
Participação reflexa no hedge accounting do Varejo	-	547
Saldo no fim do exercício	<u>-</u>	<u>120.943</u>

Principais informações do Varejo:

	<u>31/12/19</u>	<u>31/12/18</u>
Ativo total	821.038	962.562
Passivo circulante e não circulante	968.884	816.225
Patrimônio líquido	(147.846)	146.337
	<u>31/12/19</u>	<u>31/12/18</u>
Receita operacional líquida	669.658	1.445.422
Custo das mercadorias e serviços vendidos	(470.179)	(1.033.533)
Lucro bruto	199.479	411.889
Despesas operacionais	(331.759)	(543.083)
Depreciações	(77.613)	(36.807)
Outras	(309.306)	(32.770)
Resultado operacional	(519.199)	(200.771)
Resultado financeiro	225.016	(49.847)
Resultado antes dos impostos	(294.183)	(250.618)
Imposto de renda e contribuição social	-	(43.078)
Prejuízo líquido	<u>(294.183)</u>	<u>(293.696)</u>

Notas Explicativas**11. IMOBILIZADO**

	Taxa anual de depreciação - %	Controladora					
		31/12/19			31/12/18		
		Custo	Depreciação acumulada	Valor líquido	Custo	Depreciação acumulada	Valor líquido
Máquinas e equipamentos	10	783	(782)	1	799	(798)	1
Móveis, utensílios e instalações	10	2.490	(2.310)	180	2.490	(2.253)	237
Benfeitorias em imóveis de terceiros	(*)	5.421	(5.390)	31	5.421	(5.371)	50
Equipamentos de informática	20	12.387	(12.386)	1	12.387	(12.315)	72
		<u>21.081</u>	<u>(20.868)</u>	<u>213</u>	<u>21.097</u>	<u>(20.737)</u>	<u>360</u>

(*) As benfeitorias nas unidades locadas são depreciadas pelo prazo de locação, ou pelo tempo de vida útil-econômica dos bens, dos dois o menor.

	Taxa anual de depreciação - %	Consolidado					
		31/12/19			31/12/18		
		Custo	Depreciação acumulada	Valor líquido	Custo	Depreciação acumulada	Valor líquido
Edifícios e construções	4	-	-	-	1.260	(1.260)	-
Máquinas e equipamentos	10	6.445	(4.185)	2.260	6.568	(3.810)	2.758
Móveis, utensílios e instalações	10	73.407	(59.802)	13.605	83.893	(65.801)	18.092
Benfeitorias em imóveis de terceiros	(*)	152.422	(139.014)	13.408	164.499	(146.364)	18.135
Equipamentos de informática	20	69.182	(61.014)	8.168	70.832	(58.233)	12.599
Direito de uso em Arrendamento		353.771	(44.981)	308.790	-	-	-
Imobilizado em andamento	-	59	-	59	-	-	-
		<u>655.286</u>	<u>(308.996)</u>	<u>346.290</u>	<u>327.052</u>	<u>(275.468)</u>	<u>51.584</u>

(*) As benfeitorias nas unidades locadas são depreciadas pelo prazo de locação, ou pelo tempo de vida útil-econômica dos bens, dos dois o menor.

As alterações registradas na rubrica “Imobilizado” foram as seguintes:

Notas Explicativas

	Controladora			31/12/19
	31/12/18	Adições	Baixas	
Custo:				
Máquinas e equipamentos	799	-	(16)	783
Móveis, utensílios e instalações	2.490	-	-	2.490
Benfeitorias em imóveis				
de terceiros	5.421	-	-	5.421
Equipamentos de informática	12.387	-	-	12.387
Total do custo	21.097	-	(16)	21.081
Depreciação acumulada:				
Máquinas e equipamentos	(798)	-	16	(782)
Móveis, utensílios e instalações	(2.253)	(57)	-	(2.310)
Benfeitorias em imóveis				
de terceiros	(5.371)	(19)	-	(5.390)
Equipamentos de informática	(12.315)	(71)	-	(12.386)
Total da depreciação	(20.737)	(147)	16	(20.868)
Valor líquido	360	(147)	-	213

	Consolidado						31/12/19
	31/12/18	Adições	Baixas	Transferências	Perda por redução ao valor recuperável	Adoção do IFRS16 / CPC06 (R2)	
Custo:							
Edifícios e construções	1.260	-	-	(1.400)	140	-	-
Máquinas e equipamentos	6.568	-	(61)	-	(62)	-	6.445
Móveis, utensílios e instalações	83.893	2	(1.869)	-	(8.619)	-	73.407
Benfeitorias em imóveis							
de terceiros	164.499	1.217	(6.642)	206	(6.858)	-	152.422
Equipamentos de informática	70.832	53	(872)	-	(831)	-	69.182
Direito de uso em arrendamento	-	-	-	-	-	353.771	353.771
Imobilizado em andamento	-	266	-	(207)	-	-	59
Total do custo	327.052	1.538	(9.444)	(1.401)	(16.230)	353.771	655.286
Depreciação acumulada:							
Edifícios e construções	(1.260)	(14)	-	1.274	-	-	-
Máquinas e equipamentos	(3.810)	(498)	61	-	62	-	(4.185)
Móveis, utensílios e instalações	(65.801)	(3.978)	1.680	-	8.297	-	(59.802)
Benfeitorias em imóveis							
de terceiros	(146.364)	(4.431)	6.179	-	5.602	-	(139.014)
Equipamentos de informática	(58.233)	(4.621)	842	-	998	-	(61.014)
Direito de uso em arrendamento	-	-	-	-	-	(44.981)	(44.981)
Total da depreciação	(275.468)	(13.542)	8.762	1.274	14.959	(44.981)	(308.996)
Valor líquido	51.584	(12.004)	(682)	(127)	(1.271)	308.790	346.290

Notas Explicativas

Os testes de recuperação são realizados quando existirem indicadores de perdas. No exercício encerrado em 31 de dezembro de 2019, a Administração identificou eventos que denotaram a existência de indicadores de perdas e reconheceu no resultado do exercício a perda por redução ao valor recuperável no montante de R\$1.271 (R\$1.933 no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2018).

12. INTANGÍVEL

		Controladora					
		31/12/19			31/12/18		
Taxa anual de amortização - %		Amortização acumulada	Valor líquido		Amortização acumulada	Valor líquido	
		Custo		Custo			
Software	20	710	(710)	-	710	(710)	-
		Consolidado					
		31/12/19			31/12/18		
Taxa anual de amortização - %		Amortização acumulada	Valor líquido		Amortização acumulada	Valor líquido	
		Custo		Custo			
Ágio	-	-	-	-	47.776	(841)	46.935
Cessão comercial	20	20.858	(20.858)	-	25.047	(25.047)	-
Software	20	158.100	(89.848)	68.252	237.071	(84.349)	152.722
Marcas e patentes	-	63	-	63	63	-	63
Intangível em andamento	-	-	-	-	3.225	-	3.225
		<u>179.021</u>	<u>(110.706)</u>	<u>68.315</u>	<u>313.182</u>	<u>(110.237)</u>	<u>202.945</u>

As alterações registradas na rubrica “Intangível” foram as seguintes:

		Controladora	
		31/12/18	31/12/19
Custo:			
Software		<u>710</u>	<u>710</u>
Amortização acumulada:			
Software		<u>(710)</u>	<u>(710)</u>
Valor líquido		<u>-</u>	<u>-</u>

Notas Explicativas

	Consolidado					31/12/19
	31/12/18	Adições	Baixas	Transferências	Perda por redução ao valor recuperável	
Custo:						
Ágio	47.776	-	(47.776)	-	-	-
Cessão comercial	25.047	-	(300)	-	(3.889)	20.858
Software	237.071	1.174	(37.334)	7.589	(50.400)	158.100
Marcas e patentes	63	-	-	-	-	63
Intangível em andamento	3.225	7.591	(3.227)	(7.589)	-	-
Total do custo	313.182	8.765	(88.637)	-	(54.289)	179.021
Amortização acumulada:						
Ágio	(841)	-	841	-	-	-
Cessão comercial	(25.047)	-	300	-	3.889	(20.858)
Software	(84.349)	(24.696)	19.031	-	166	(89.848)
Total da amortização	(110.237)	(24.696)	20.172	-	4.055	(110.706)
Valor líquido	202.945	(15.931)	(68.465)	-	(50.234)	68.315

Os testes de recuperação são realizados anualmente independentemente da existência de indicadores de perdas para ágio e para os intangíveis com prazo de vida útil indefinida e, na existência de indicadores de perdas para os demais intangíveis. No exercício encerrado em 31 de dezembro de 2018, a Administração identificou eventos que denotaram a existência de indicadores de perdas e reconheceu no resultado do exercício a perda por redução ao valor recuperável no montante de R\$1. No exercício encerrado em 31 de dezembro de 2019, em decorrência da recuperação judicial, a Administração identificou eventos que denotam a existência de indicadores de perdas do valor recuperável, registrando o montante de R\$50.234, calculado e baseado em Laudo Técnico emitido por empresa especializada independente, contratada para esse fim.

Ágio

	aquisição	31/12/19	31/12/18
Ágio na aquisição da Siciliano	06/03/2008	-	46.935

Em decorrência da recuperação judicial, a Administração em seu melhor julgamento identificou que desapareceram as razões econômicas que fundamentaram o ágio decorrente de rentabilidade futura, registrado pela aquisição da Siciliano em 2008. A avaliação está baseada em Laudo Técnico emitido por empresa especializada independente, contratada para esse fim. Dessa forma, o montante de R\$46.935 foi levado à rubrica de “Outras despesas operacionais” em 30 de setembro de 2019.

Notas Explicativas**13. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS**

	<u>Consolidado</u>	
	<u>31/12/19</u>	<u>31/12/18</u>
Empréstimos e financiamentos		
Em moeda nacional:		
Empréstimos para capital de giro	150.304	121.158
Custos de captação a amortizar	-	(1.630)
Arrendamento financeiro	6.567	16.083
Fiança BNDES - Itaú	-	37.260
	<u>156.871</u>	<u>172.871</u>
Financiamento por arrendamento		
Em moeda nacional:		
Arrendamento mercantil - CPC 06 (R2)	<u>327.042</u>	-
	<u>483.913</u>	<u>172.871</u>
Passivo circulante	66.345	154.468
Passivo não circulante	417.568	18.403
	<u>483.913</u>	<u>172.871</u>

Resumo das características dos empréstimos e financiamentos

Instituição	Finalidade	Modalidade	Contratação	Vencimento	Garantias	Valor contratado	Encargos
Banco do Brasil S/A	Capital de giro	CCB	Mar/2017	Abr/2025	Aval Controladora e Imóvel	R\$ 120.000	TR + 0,8% a.m.
Banco do Brasil S/A	Capital de giro	CCB	Ago/2017	Ago/2030	Aval Controladora	R\$ 15.000	TR + 0,65% a.m.
Banco do Brasil S/A	Capital de giro	CCB	Ago/2019	Ago/2030	Aval Controladora	R\$ 1.358	TR + 0,8% a.m.
Banco Itaú S/A	Capital de giro	CCB	Mar/2019	Set/2021	Aval Controladora e recebíveis	R\$ 16.640	100% CDI a.a. + 3% a.a.
HP Financial Services S/A	Software e manutenção	Leasing	Nov/2015	Dez/2020	Bem arrendado	R\$ 10.709	100% CDI a.a. + 0,29% a.m.
HP Financial Services S/A	Software e manutenção	Leasing	Mar/2017	Fev/2020	Bem arrendado	R\$ 6.451	100% CDI a.a. + 0,26% a.m.

Movimentação no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2019

Descrição	31/12/18	Empréstimos		CPC 06		Pagamentos	
		obtidos	(R2)	Encargos	principal e juros	31/12/19	
Empréstimos - capital de giro	119.528	17.998	-	16.882	(4.104)	150.304	
Arrendamento financeiro	16.083	-	-	1.271	(10.787)	6.567	
Fiança BNDES - Itaú	37.260	-	-	983	(38.243)	-	
Arrendamento mercantil - CPC 06 (R2)	-	-	362.278	27.548	(62.784)	327.042	
	<u>172.871</u>	<u>17.998</u>	<u>362.278</u>	<u>46.684</u>	<u>(115.918)</u>	<u>483.913</u>	

Financiamentos com o BNDES

Garantias

Em dezembro de 2018 o BNDES executou a garantia com o Banco Itaú, para a liquidação do saldo devedor do empréstimo, no montante de R\$40.617. Em 13 de março de 2019, o saldo devedor da fiança, no montante de R\$ 41.640, foi quitado por meio de saldo em conta,

Notas Explicativas

no montante de R\$25.000 e de empréstimo contratado com o Banco Itaú, na modalidade de Cédula de Crédito Bancário, no montante de R\$16.718.

Resumo das condições contratadas:

- Data da operação: 13/03/2019
- Taxa: 3% a.a. + 100% do CDI
- Garantia: Mínimo de R\$ 3,5MM de Agenda das bandeiras Mastercard e Hipercard.
- Período da Operação: Operação com um período de 30 meses e 1 ano de carência de pagamento de principal.

Em dezembro de 2018 a Alelo executou a garantia com o Banco do Brasil, para a liquidação de faturas que não haviam sido pagas por conta do período de competência ser anterior ao processo de Recuperação Judicial, no montante de R\$1.077. Em agosto de 2019, o saldo devedor da fiança, no montante de R\$ 1.359, foi repactuado nos termos do processo de Recuperação Judicial na classe de Credores com Garantia Real em um empréstimo contratado com o Banco do Brasil, na modalidade de Cédula de Crédito Bancário, no montante de R\$1.359.

Resumo das condições contratadas:

- Data da operação: 30/08/2019
- Taxa: TR + 0,80% am
- Garantia: Aval da Controladora e aplicação financeira em um CDB no valor de 1,27MM à taxa de 94% da variação do CDI.
- Período da Operação: Operação com um período de 120 meses e 13 meses de carência de pagamento de principal.

Empréstimos para capital de giro

Outras operações contratadas para suprir necessidades de capital de giro

Banco do Brasil

O Varejo repactuou o montante de R\$120.000, também contratados com o Banco do Brasil, para uma taxa de 132% do CDI, com dilação do prazo para três anos, com amortizações trimestrais e carência de um ano. Em 25 de julho de 2018 foi assinado aditamento que alterou o cronograma de reposição do principal e a troca da garantia representada por cessão fiduciária de direitos creditórios por uma garantia real representada por hipoteca cedular. Em agosto de 2019 foi repactuado o montante de R\$ 116.615 nos termos do processo de Recuperação Judicial na classe de Credores com Garantia Real que alterou o cronograma de reposição do principal para dez anos com amortizações mensais, carência de 13 meses e a taxa de juros da operação foi alterada para TR + 0,80% am.

Em 27 de julho de 2017, o Varejo contratou operação sob a forma de Cédula de Crédito Bancário – CCB, no montante de R\$15.000, com encargos de 120% da variação do CDI, vencimento em fevereiro de 2018, garantida por aval da Controladora. Em fevereiro de 2018, foi repactuado o montante de R\$13.000, à taxa de 124,25% da variação do CDI, com dilação do prazo para um ano, passando o vencimento para 01 de agosto de 2018. Em julho de 2018, foi repactuado o montante de R\$13.000, à taxa de 132% da variação do CDI, postergando o vencimento para 01 de novembro de 2018. Em outubro de 2018, foi repactuado o montante de

Notas Explicativas

R\$13.000, à taxa de 132% da variação do CDI, postergando o vencimento para 01 de abril de 2019. Em setembro de 2019 foi repactuado o montante de R\$ 14.384 nos termos do processo de Recuperação Judicial na classe de Credores Estratégicos Financiadores e que alterou o cronograma de reposição do principal para cinco anos com amortizações mensais, carência de sete meses e a taxa de juros da operação foi alterada para TR + 0,65% am.

Arrendamentos Mercantis – CPC 06 (R2)

A Companhia e o Varejo adotaram a partir de 1 de janeiro de 2019, a forma de reconhecimento e mensuração de seus contratos de arrendamento mercantil de acordo com o CPC 06(R2) – Nota explicativa nº 3.y). A Companhia não possui contratos de arrendamento mercantil incluídos na mensuração do passivo de arrendamento. O passivo de arrendamento do Varejo é reconhecido pelo valor presente das obrigações contratuais na data de contratação dos alugueis em contrapartida do direito de uso, registrado em conta do ativo imobilizado.

A depreciação do ativo imobilizado é linear pelo prazo médio estimado de permanência nos estabelecimentos locados pelo Varejo, de acordo com cada contrato. A depreciação incorrida no exercício foi de R\$44.981 (nota explicativa 11).

Os juros incorridos no exercício, pelo passivo de arrendamento foram calculados pela taxa incremental de empréstimos que seria obtida em operação similar, considerando a condição econômica do Varejo, equivalente a 8,53% a.a. No exercício foram incorridas despesas financeiras sobre o passivo de arrendamento no montante de R\$27.548.

Informações sobre os arrendamentos mercantis:

A seguir está apresentado o cronograma de vencimentos dos contratos de arrendamento:

	<u>Consolidado</u> <u>31/12/19</u>
Até 1 ano	69.379
De 1 ano a 5 anos	240.707
Mais que 5 anos	<u>127.278</u>
Total	<u><u>437.364</u></u>

Direito potencial de Pis e Cofins

A Companhia possui o direito potencial de Pis e Cofins a recuperar embutido na contraprestação dos arrendamentos de natureza de plantas industriais e outros. Na mensuração dos fluxos de caixas dos arrendamentos não foram destacados os créditos de impostos, sendo os efeitos potenciais de Pis e Cofins apresentados no quadro a seguir:

	<u>Nominal</u>	<u>Ajustado a</u> <u>valor presente</u>
Contraprestação arrendamento	437.364	327.042
PIS/COFINS potencial (9,25%)	<u>37.031</u>	<u>27.690</u>
	<u><u>400.334</u></u>	<u><u>299.352</u></u>

Notas Explicativas

Efeitos inflacionários

A Companhia adotou como política contábil os requisitos da NBC TG 06 (R3) na mensuração e remensuração do seu direito de uso, com base no fluxo de caixa descontado sem considerar a inflação. A Administração avaliou os impactos da utilização de fluxos nominais e concluiu que estes não apresentam distorções relevantes nas informações apresentadas. Para resguardar a representação fidedigna da informação frente aos requerimentos da NBC TG 06 (R3) e para atender as orientações da CVM, são fornecidos os saldos do ativo de direito de uso, depreciação, passivos de arrendamento e despesa financeira sem inflação denominados fluxo real, e a estimativa dos saldos inflacionados nos períodos de comparação denominados fluxo inflacionado. As demais premissas, como o cronograma de vencimento dos passivos e taxas de juros utilizadas no cálculo estão divulgadas em outros itens desta mesma nota explicativa, assim como os índices de inflação são observáveis no mercado, de forma que os fluxos inflacionados possam ser elaborados pelos usuários das demonstrações contábeis

<u>Ativos de direito de uso</u>		<u>Passivos de Arrendamento</u>	
	<u>Consolidado</u>		<u>Consolidado</u>
<u>Fluxo real</u>	<u>31/12/19</u>	<u>Fluxo real</u>	<u>31/12/19</u>
Direito de uso	353.771	Passivo de arrendamento	437.258
Depreciação	<u>(44.981)</u>	Despesas financeiras (a incorrer)	<u>(110.216)</u>
	<u>308.790</u>		<u>327.042</u>
	<u>Consolidado</u>		<u>Consolidado</u>
<u>Fluxo inflacionado</u>	<u>31/12/19</u>	<u>Fluxo inflacionado</u>	<u>31/12/19</u>
Direito de uso	369.019	Passivo de arrendamento	456.104
Depreciação	<u>(46.920)</u>	Despesas financeiras (a incorrer)	<u>(114.966)</u>
	<u>322.099</u>		<u>341.138</u>
Fonte: Globo.com (IBGE)	4,31%		

Notas ExplicativasOutras informações sobre os arrendamentos mercantisPassivo de arrendamento

Adoção inicial – 1/1/2019	342.873
Juros incorridos	27.548
Pagamentos realizados	(53.701)
Adições / baixas	10.898
Outros ajustes do passivo de arrendamento	<u>(576)</u>
Saldos em 31/12/2019	<u>327.042</u>

Direito de uso em arrendamento

Adoção inicial – 1/1/2019	342.873
Adições / baixas	10.898
Depreciação	<u>(44.981)</u>
Saldos em 31/12/2019	<u>308.790</u>

As informações sobre as despesas variáveis com arrendamentos mercantis não incluídas na mensuração do passivo de arrendamento da Companhia e do Varejo, estão apresentadas na nota explicativa nº 25.

14. RECEITA DIFERIDA - PROGRAMA DE FIDELIZAÇÃO

O programa de fidelização Saraiva Plus do Varejo promove as compras de produtos efetuadas pelos clientes nas lojas e no comércio eletrônico, que são transformadas em pontos, que, acumulados segundo as regras do programa, poderão ser utilizados como crédito para o pagamento em compras futuras.

Em 16 de junho de 2017, foram implementadas alterações no programa de acumulação de pontos. De acordo com o novo regulamento do Programa, a cada 500 pontos (Bônus) conquistados por meio de compras (antes, a cada 1.000 pontos) o cliente recebe um voucher de R\$10,00 para ser utilizado em até três meses como desconto em compras futuras em qualquer loja e no comércio eletrônico do Varejo, sendo a utilização livre para a aquisição de qualquer produto. Os vouchers emitidos e não utilizados têm o direito de uso expirado no prazo de três meses. Os pontos adquiridos que não acumulam 500 pontos, expiram em um prazo de 12 meses. A receita de vendas, alavancada pelo programa de fidelização é registrada em receita diferida, no passivo circulante, pelo valor dos pontos acumulados, de acordo com as regras de acumulação. A receita diferida é reconhecida no resultado pela efetiva utilização dos vouchers adquiridos pelos clientes e pela efetiva expiração do direito de uso dos vouchers e dos pontos que não acumularam Bônus.

Em 31 de dezembro de 2019, a receita diferida do programa de fidelização, registrada em rubrica específica no consolidado, é de R\$3.379 (R\$4.320 em 31 de dezembro de 2018).

Notas Explicativas**15. FORNECEDORES**

	Controladora		Consolidado	
	<u>31/12/19</u>	<u>31/12/18</u>	<u>31/12/19</u>	<u>31/12/18</u>
Fornecedor - nacional	629	1.719	93.266	545.385
Fornecedor - exterior	-	-	17	3.939
	<u>629</u>	<u>1.719</u>	<u>93.283</u>	<u>549.324</u>

Em 30 de setembro de 2019, foi reclassificado o montante de 521.055 (1.092 na Controladora e 519.963 no Varejo) para a rubrica “Credores recuperação judicial”, no curto e longo prazo.

16. IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES A RECOLHER

	Controladora		Consolidado	
	<u>31/12/19</u>	<u>31/12/18</u>	<u>31/12/19</u>	<u>31/12/18</u>
Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS	-	-	780	4.574
Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	72	59	778	1.120
Contribuições sociais retidas na fonte sobre serviços tomados de pessoas jurídicas	14	2	681	278
Imposto sobre Serviços - ISS	-	-	50	7
Parcelamento de tributos - Lei 12.996/14 (a)	-	-	-	814
Parcelamento de tributos - Estaduais (b)	-	-	1.616	1.366
Outros	-	2	57	178
	<u>86</u>	<u>63</u>	<u>3.962</u>	<u>8.337</u>
Passivo circulante	86	63	2.798	6.823
Passivo não circulante	-	-	1.164	1.514
	<u>86</u>	<u>63</u>	<u>3.962</u>	<u>8.337</u>

(a) Parcelamento de débitos tributários instruídos em 2014, relacionados a compensações de tributos federais com créditos de PIS/COFINS apurados em 2007 e 2008, não homologadas, no montante de R\$2.245. O montante pago no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2019 foi de R\$160 (R\$170 no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2018). Em dezembro de 2019, ocorreu a liquidação antecipada através de compensação de ofício efetuado pela Receita Federal no montante de R\$521.

(b) Parcelamentos ordinários instruídos em 2018, nos Estados de Santa Catarina, Ceará e Rio Grande do Sul relacionados a autos de infração de ICMS. O montante pago no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2019 foi de R\$549 (R\$716 no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2018).

Notas Explicativas**17. OBRIGAÇÕES SOCIAIS E TRABALHISTAS**

	Controladora			
	31/12/18	Despesa	Pagamento	31/12/19
Férias	217	14	-	231
Salários a pagar	55	7	(7)	55
FGTS a recolher	17	2	-	19
INSS a recolher	94	387	(384)	97
	<u>383</u>	<u>410</u>	<u>(391)</u>	<u>402</u>

	Consolidado			
	31/12/18	Despesa	Pagamento	31/12/19
Férias	7.165	6.535	(8.564)	5.136
13º salário	-	5.665	(5.665)	-
Salários a pagar	237	57.924	(56.150)	2.011
FGTS a recolher	1.212	10.557	(10.857)	912
INSS a recolher	4.900	17.625	(17.974)	4.551
	<u>13.514</u>	<u>98.306</u>	<u>(99.210)</u>	<u>12.610</u>

18. PROVISÃO PARA RISCOS TRIBUTÁRIOS, CÍVEIS E TRABALHISTAS

A Controladora e o Varejo discutem administrativa e judicialmente processos tributários, cíveis e trabalhistas com obrigação presente e probabilidade de saída de recursos que incorporam benefícios econômicos para liquidar essa obrigação. Os montantes provisionados são considerados suficientes para cobrir as prováveis saídas de recursos para liquidação das respectivas obrigações.

Composição da provisão e dos depósitos judiciais que garantem alguns dos processos:

Provisões

	Controladora		
	31/12/18	Constituição /(Reversão)	31/12/19
Contingências tributárias (a)	-	47.218	47.218
Contingências trabalhistas	3.246	(239)	3.007
Contingências cíveis	365	291	656
	<u>3.611</u>	<u>47.270</u>	<u>50.881</u>

Notas Explicativas

	<u>Consolidado</u>		
	<u>Constituição</u>		
	<u>31/12/18</u>	<u>/(Reversão)</u>	<u>31/12/19</u>
Contingências tributárias (a)	-	137.205	137.205
Contingências trabalhistas	11.564	(4.015)	7.549
Contingências cíveis	2.033	2.821	4.854
ICMS - Auto de infração (b)	1.048	15	1.063
PIS/COFINS - Exclusão do ICMS da base de cálculo	<u>2.162</u>	<u>-</u>	<u>2.162</u>
	<u>16.807</u>	<u>136.026</u>	<u>152.833</u>

(a) Inclui a constituição de provisões cuja probabilidade de perda foi estimada como provável pelos assessores jurídicos da Companhia e do Varejo : i) Processo administrativo do Varejo, no montante estimado de R\$42.002, relacionado a manifestação de inconformidade para despacho decisório que considerou não homologados Pedidos de Restituição de créditos de PIS e COFINS para os períodos base de 2013 a 2015, cuja a perda no âmbito administrativo é considerada provável pelos assessores jurídicos do Varejo; ii) Ação judicial que discute com o Banco do Brasil a atualização monetária dos depósitos judiciais requeridos pela RFB, no montante estimado de R\$58.278 para garantir ações judiciais que discutiam a majoração da alíquota da COFINS, cujo trânsito em julgado, resultou em favor da RFB; iii) Mandados de segurança instruídos para assegurar o direito ao desembaraço aduaneiro do e-reader do Varejo sem o recolhimento dos tributos federais, o montante de R\$9.030.

(b) Provisão correspondente ao valor de principal e multa para discussão judicial em curso para anulação de autos de infração lavrados em 2011, relacionados a créditos de ICMS tomados sobre a aquisição de mercadorias de fornecedores considerados inabilitados perante o cadastro da Secretaria da Fazenda Estadual de São Paulo.

Depósitos judiciais

	<u>Controladora</u>		
	<u>Acréscimo/</u>		
	<u>31/12/18</u>	<u>(Baixa)</u>	<u>31/12/19</u>
PIS/COFINS (a)	977	19	996
Processos administrativos - compensação de tributos	6.066	-	6.066
Outros processos judiciais e administrativos	3.260	318	3.578
Processos judiciais trabalhistas	<u>1.524</u>	<u>(635)</u>	<u>889</u>
	<u>11.827</u>	<u>(298)</u>	<u>11.529</u>

Notas Explicativas

	Consolidado		
	31/12/18	Acréscimo/ (Baixa)	31/12/19
PIS/COFINS (a)	1.077	(81)	996
Processos administrativos - compensação de tributos	6.066	-	6.066
Outros processos judiciais e administrativos (b)	32.150	(8.345)	23.805
Processos judiciais trabalhistas	4.498	(1.350)	3.148
	<u>43.791</u>	<u>(9.776)</u>	<u>34.015</u>

(a) Ações judiciais impetradas pela Controladora e pelo Varejo para questionar a ampliação da base de cálculo das contribuições federais, PIS e COFINS, instituídas pela Lei 9.718/98. As ações tiveram o trânsito em julgado em favor das empresas e a liberação dos depósitos aguardam processamento.

(b) Inclui o montante de R\$15.541 relativos a IPI, II, PIS e COFINS originados em liminar parcialmente deferida em Mandado de Segurança para reconhecer a imunidade de impostos e alíquota zero para as contribuições PIS/COFINS nos processos de importação do leitor digital – LEV.

Passivos contingentes

A Administração da Controladora e do Varejo discutem administrativa e judicialmente processos tributários, cíveis e trabalhistas com possibilidade de perda avaliada como possível por seus assessores jurídicos em montante estimado de R\$489.719, sendo R\$245.307 para a Controladora e R\$244.412 para o Varejo (R\$516.815 em 31 de dezembro de 2018, sendo R\$262.443 para a Controladora e R\$254.372 para o Varejo).

Composição dos principais passivos com probabilidade de perdas avaliadas como possíveis:

PROCESSOS DE NATUREZA TRIBUTÁRIA	OBJETO	VALOR ESTIMADO
a- INSS	Autos de infração lavrados contra a Controladora relacionados a constituição de crédito tributário sobre participação nos lucros de colaboradores e administradores e descumprimento de obrigações acessórias	2.838
b- IRPJ/CSLL/PIS/COFINS	Representados substancialmente por processos de impugnação em curso, de despachos decisórios que não homologaram créditos tributários utilizados pela Controladora e o Varejo para o pagamento de tributos federais	251.423
c- II, IPI, ICMS, PIS e COFINS	Mandados de Segurança impetrados pelo Varejo para reconhecer a imunidade de impostos e a alíquota zero para as contribuições PIS/COFINS incidentes nos processos de importação do leitor digital – LEV	6.065
d- ICMS	Autos de infração lavrados contra o Varejo relacionados ao crédito de ICMS registrado sobre aquisição de mercadorias de fornecedores considerados inabilitados perante o cadastro da Secretaria de Fazenda Estadual	27.541
e- Diversos	Outras discussões administrativas e judiciais sobre processos tributários	139.623
TOTAL		427.490

Notas Explicativas

PROCESSOS DE NATUREZA CÍVEL	OBJETO	VALOR ESTIMADO
a- Contratos de locação	Ações renovatórias ajuizadas pelo Varejo relacionadas às suas unidades operacionais	15.508
b- Outros	Outros processos da Controladora com objetos variados e do Varejo relacionados à ações individuais de relações de consumo	36.050
TOTAL		51.558

PROCESSOS DE NATUREZA TRABALHISTA	OBJETO	VALOR ESTIMADO
a- Diversos	Ações trabalhistas ajuizadas contra a Controladora e o Varejo, substancialmente relacionadas a responsabilidade subsidiária ou reconhecimento de vínculo empregatício em contratos de prestação de serviço	10.671

19. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital social

Em 31 de dezembro de 2019, o capital social da Controladora, no montante de R\$282.999 (R\$282.999 em 31 de dezembro de 2018), está representado por 26.701.745 ações, sendo 9.622.313 ações ordinárias e 17.079.432 ações preferenciais sem valor nominal e com direito a voto nas deliberações da Assembleia Geral. O estatuto social da Controladora atende às Práticas Diferenciadas de Governança Corporativa Nível 2 da B3.

Em Reunião do Conselho de Administração, assistida pelo Conselho Fiscal, realizada em 3 de novembro de 2019 foi deliberado o aumento de capital social da Companhia, assim como, a emissão de bônus de subscrição, ambos dentro do limite do capital autorizado, nos termos do Estatuto da Companhia e conforme Aviso aos Acionistas, arquivado na CVM na mesma data, como segue:

i) Aumento do capital social: emissão de no mínimo 2.001.351 novas ações (720.459 ações ordinárias e 1.280.892 ações preferenciais), no valor total mínimo de R\$2.901 e, no máximo, de 25.122.069 novas ações (9.043.603 ações ordinárias e 16.078.466 ações preferenciais), no valor total máximo de R\$36.427, admitida a subscrição parcial. O aumento de capital se insere no contexto do PRJ, observando integralmente as diretrizes fixadas em todos os seus termos. A totalidade do preço de emissão será destinada ao capital social da Companhia, não sendo destinada nenhuma parcela para a formação da reserva de capital da Companhia. O direito de preferência dos acionistas poderá ser exercido a partir do dia 11 de novembro, inclusive, até o dia 10 de dezembro de 2019, inclusive.

ii) Capitalização do AFAC: independentemente de aprovação dos limites mínimo ou máximo, o acionista controlador Sr. Jorge Eduardo Saraiva, em cumprimento ao PRJ, utilizará o seu AFAC, no montante de R\$10.000 para integralizar as ações que subscrever.

iii) Emissão do Bônus de Subscrição: deliberada a emissão de 2.068.966 de bônus, todos nominativos e escriturais. A subscrição será particular e com o objetivo de reduzir o endividamento da Companhia, nos termos previstos no PRJ. Aos acionistas titulares de ações da Companhia em 8 de novembro de 2019, será assegurado o direito de preferência,

Notas Explicativas

cujo exercício poderá se dar entre 11 de novembro, inclusive e 10 de dezembro de 2019, inclusive.

A Controladora está autorizada a aumentar o capital social, mediante a emissão de novas ações para subscrição, por deliberação do Conselho de Administração, e independentemente de reforma estatutária, em até 20.000.000 de ações, com a possibilidade de destinação de até 500.000 ações desse total para outorga de opções de compra, nos termos do estatuto. Em 31 de outubro de 2019 foram aprovados em Assembleia Geral Extraordinária o aumento do capital autorizado da Companhia, que passou para o limite de até 66.000.000 (sessenta e seis milhões) de ações; e a inclusão de regra estatutária conferindo poderes ao Conselho de Administração da Companhia para, dentro do limite do capital autorizado, emitir bônus de subscrição.

As ações preferenciais da Controladora, cujo número não poderá ultrapassar dois terços do total de ações emitidas, conferem aos seus titulares os seguintes direitos ou vantagens:

- Direito de voto restrito, na forma do estatuto.
- Direito de alienar as ações preferenciais na hipótese de alienação do poder de controle da Controladora, na forma do estatuto.
- Dividendos iguais aos atribuídos às ações ordinárias.
- Participação na distribuição de ações bonificadas provenientes de capitalização de reservas, lucros acumulados e de quaisquer outros fundos, em igualdade de condições com os acionistas titulares de ações ordinárias.

Não é admitida a conversão de ações ordinárias em preferenciais e vice-versa.

b) Ações em tesouraria - Instruções CVM nº 10/80 e nº 298/97

A Controladora mantém 15.700 ações ordinárias em tesouraria, representadas por R\$233, com valor de mercado de R\$74 (R\$4,70 por ação - cotação em 30 de dezembro de 2019).

c) Dividendos e juros sobre o capital próprio

É assegurado aos acionistas o dividendo mínimo de 25% do lucro líquido ajustado de cada exercício.

A Controladora não poderá, salvo se autorizada pela maioria de votos em assembleia especial dos acionistas titulares de ações preferenciais, reter, por mais de quatro trimestres sucessivos, disponibilidade financeira em quantia superior a 25% do seu ativo total. A disponibilidade financeira corresponderá à soma dos valores registrados sob a rubrica "Caixa e equivalentes de caixa", excedente à soma dos valores contabilizados sob a rubrica "Empréstimos e financiamentos" dos passivos circulante e não circulante. Conforme disposição estatutária, o montante de juros sobre o capital próprio para efeito do cálculo do dividendo obrigatório é líquido do imposto de renda.

Em 28 de outubro de 2019, a Companhia comunicou aos seus acionistas que o pagamento dos dividendos declarados pela Assembleia Geral Extraordinária e Ordinária realizada em 26 de abril de 2018, no montante de R\$5.817, será realizado nos termos do PRJ aprovado em 28 de agosto e homologado em 4 de setembro de 2019 será realizado. O saldo remanescente, no

Notas Explicativas

montante de R\$11.634, estabelecido no cronograma de distribuição divulgado por meio de Fato Relevante publicado em 2 de agosto de 2017, que permaneceu em aberto em decorrência da situação econômica-financeira da Companhia, conforme Fato Relevante publicado em 28 de março de 2019, será reclassificado para reserva especial, onde poderá absorver prejuízos acumulados do exercício corrente, nos termos previstos na Lei 6.404/76.

d) Plano de opção de compra de ações da Controladora

Os Programas aprovados pelo Conselho de Administração foram outorgados a administradores e colaboradores da Controladora e do Varejo. As opções serão exercidas por meio da emissão de novas ações e/ou pela alienação de ações em tesouraria detidas pela Controladora, conforme decisão à época do exercício da opção a ser tomada pelo Conselho de Administração.

O valor justo para os programas de opção de compra de ações foi calculado na data de outorga de cada programa e com base no modelo de precificação binomial. Os efeitos foram refletidos na rubrica “Despesas operacionais”, no resultado, e na rubrica “Reservas de lucros”, no patrimônio líquido, como segue:

Ano da outorga e programa	Valores registrados		Total
	Até o exercício	Exercício	
	findo em 31/12/18	encerrado em 31/12/19	
2014 - 7º Programa (4ª tranche)	197	-	197
2014 - 7º Programa (5ª tranche)	219	18	237
	<u>416</u>	<u>18</u>	<u>434</u>

A movimentação das outorgas de opções de compra de ações no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2019 está apresentada a seguir:

	7º Programa (4ª tranche)	7º Programa (5ª tranche)
Total de opções de compra de ações outorgadas	176.400	176.400
(-) Opções não exercidas e expiradas/canceladas	<u>(176.400)</u>	<u>(176.400)</u>
(=) Saldo atual do número de opções de compra de ações em 31 de dezembro de 2019	<u>-</u>	<u>-</u>

No período entre 07 de maio e 06 de setembro de 2018, as opções equivalentes a 42.400 ações do 7º Programa (4ª tranche) não foram exercidas e expiraram.

No período entre 13 de maio e 13 de setembro de 2019, as opções equivalentes a 42.400 ações do 7º Programa (5ª tranche) não foram exercidas e expiraram.

Na determinação do valor justo das opções de compra de ações, foram utilizadas as seguintes premissas econômicas:

Notas Explicativas

	<u>7º Programa</u> <u>(4ª tranche)</u>	<u>7º Programa</u> <u>(5ª tranche)</u>
Data da outorga	16/07/2014	16/07/2014
Início do prazo de exercício das opções	07/05/2018	13/05/2019
Término do prazo de exercício das opções	06/09/2018	13/09/2019
Taxa de juro livre de risco	11,68%	11,74%
Número de administradores e funcionários elegíveis	11	11
Preço fixado - R\$	21,00	21,00
Indexador	IPCA	IPCA
Número de opções em aberto	<u> -</u>	<u> -</u>
Valor justo da opção na data da outorga - por opção - R\$	<u> 4.64</u>	<u> 5.57</u>

e) Ajustes de avaliação patrimonial

O saldo de R\$11.279, líquido dos impostos diferidos de R\$5.810, representa o valor atribuído ao ativo imobilizado “Terrenos” da Controladora em decorrência da adoção da prática do custo atribuído (“deemed cost”), aplicável à adoção inicial das novas práticas contábeis adotadas no Brasil.

f) Reserva especial para dividendo obrigatório não distribuído

Constituída em AGO/AGE realizada em 29 de abril de 2016.

Em 02 de agosto de 2017, a Controladora comunicou através de fato relevante aos seus acionistas e ao mercado em geral que a Administração da Controladora e seus acionistas controladores se comprometeram, em processo administrativo em curso na CVM, a implementar o seguinte cronograma de distribuição do saldo remanescente do dividendo mínimo obrigatório referente ao exercício de 2015, transferido para o passivo circulante e não circulante, no montante total de R\$17.452:

Deliberação	Valor
AGO de 2018	5.818
AGO de 2019	5.817
AGO de 2020	5.817

Em 26 de abril de 2018, foi aprovada a distribuição da parcela no montante de R\$5.818, correspondentes ao valor bruto de R\$ 0,21798 por ação e equivalente a 33% (trinta e três por cento) do saldo da Reserva Especial.

A distribuição parcial do dividendo obrigatório retido no exercício social 2015, no montante de R\$5.817, cujo pagamento era previsto para 18 de dezembro de 2018, conforme havia sido aprovado pela Assembleia Geral Ordinária de 26 de abril de 2018 foi suspensa em virtude de disposição legal relacionada ao pedido de recuperação judicial (Artigo 6º da Lei nº 11.101/2015). Em 28 de outubro de 2019, foi divulgado o pagamento do montante de R\$5.817, registrado no passivo circulante, aprovado em AGE de 26 de abril de 2018, nos termos do PRJ aprovado em 28 de agosto e homologado em 4 de setembro de 2019.

Notas Explicativas

O saldo remanescente, previsto no cronograma aprovado em 2 de agosto de 2017, no montante de R\$11.634, registrado no passivo não circulante, foi reclassificado para Reserva Especial, onde poderá absorver prejuízos do exercício corrente, nos termos da Lei 6.404/76.

g) Participação de não controladores

	<u>31/12/19</u>	<u>31/12/18</u>
Saldos no início do exercício	12	36
Participação no resultado do exercício	<u>(24)</u>	<u>(24)</u>
Saldos no fim do exercício	<u>(12)</u>	<u>12</u>

20. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

	<u>Consolidado</u>	
	<u>31/12/19</u>	<u>31/12/18</u>
Receita operacional líquida:		
Venda de mercadorias e serviços	710.060	1.581.388
(-) Impostos incidentes	(28.446)	(105.918)
(-) Devoluções	(12.898)	(27.484)
(-) Diferimento da receita - Saraiva Plus	<u>942</u>	<u>(2.564)</u>
	<u>669.658</u>	<u>1.445.422</u>

Notas Explicativas**21. DESPESAS POR NATUREZA**

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>31/12/19</u>	<u>31/12/18</u>	<u>31/12/19</u>	<u>31/12/18</u>
Mercadorias	-	-	(470.179)	(1.023.488)
Custo dos serviços vendidos	-	-	-	(10.045)
Despesa com pessoal e encargos	(948)	(1.274)	(138.095)	(198.499)
Honorários dos administradores	(1.373)	(1.382)	(2.823)	(5.610)
Propaganda e publicidade	-	-	(21.054)	(27.965)
Arrendamento mercantil - parcela variável	-	-	(2.163)	(56.785)
Publicações legais	(208)	(217)	(314)	(332)
Condomínio e fundos de promoção	-	-	(28.533)	(34.312)
Frete e embalagens	-	-	(33.214)	(61.223)
Serviços de informática	-	(67)	(10.374)	(18.745)
Consultoria e assessoria	-	-	(13.027)	(8.134)
Viagens e estadias	-	-	(474)	(1.268)
Despesas com cartão de crédito, boleto e cobrança	-	-	(9.681)	(22.339)
Perda com créditos de liquidação duvidosa	-	-	(1.204)	(18.799)
Outras	<u>(2.197)</u>	<u>(1.207)</u>	<u>(75.529)</u>	<u>(93.219)</u>
	<u>(4.726)</u>	<u>(4.147)</u>	<u>(806.664)</u>	<u>(1.580.763)</u>
Classificadas como:				
Custo das mercadorias e dos serviços vendidos	-	-	(470.179)	(1.033.533)
Despesas com vendas	-	-	(217.145)	(354.243)
Despesas gerais e administrativas	<u>(4.726)</u>	<u>(4.147)</u>	<u>(119.340)</u>	<u>(192.987)</u>
	<u>(4.726)</u>	<u>(4.147)</u>	<u>(806.664)</u>	<u>(1.580.763)</u>

Notas Explicativas**22. OUTRAS DESPESAS OPERACIONAIS**

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>31/12/19</u>	<u>31/12/18</u>	<u>31/12/19</u>	<u>31/12/18</u>
Resultado na baixa e/ou venda				
de ativo imobilizado, intangível e ágio	10	-	(69.107)	(19.896)
Perda de valor recuperável - ativo				
imobilizado e intangível	-	-	(51.505)	(22.102)
Provisão para perda na realização				
de créditos tributários	-	-	(106.153)	-
Baixa de créditos tributários	-	-	(10.109)	-
Baixa de créditos com fornecedores	-	-	(567)	-
Baixa de depósitos judiciais	-	-	(1.217)	(673)
PIS/COFINS s/ outras receitas				
operacionais e financeiras	(27)	(37)	(2.208)	(2.453)
Cartão "private label"	-	-	(1.537)	(1.132)
Provisão para contingências	-	-	(88.740)	(1.619)
Ajustes do plano de recuperação judicial	(77)	-	(17.222)	-
Sinistros e outros eventos				
com mercadorias	-	-	-	(452)
Parcelamento tributos estaduais	-	-	(1.057)	(1.526)
Outras despesas operacionais	(43)	(1)	(6.650)	(2.619)
	<u>(137)</u>	<u>(38)</u>	<u>(356.072)</u>	<u>(52.472)</u>

23. OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>31/12/19</u>	<u>31/12/18</u>	<u>31/12/19</u>	<u>31/12/18</u>
Cartão presente não resgatado, e outros				
créditos de clientes não reclamados	-	-	12.147	9.920
Baixa de lucro não realizado na operação				
de venda do intangível para o Varejo	20.473	-	-	-
Constituição de crédito tributário de ação				
judicial transitada em julgado	-	-	50.719	-
Despesas recuperadas	267	-	2.627	1.731
Ajustes contábeis - implementação				
novo sistema de gestão	-	-	-	5.575
Indenizações por sinistros com mercadorias	-	-	-	388
Reversão provisão para contingências	-	5	-	5
Outras receitas operacionais	187	129	2.063	2.179
	<u>20.927</u>	<u>134</u>	<u>67.556</u>	<u>19.798</u>

Notas Explicativas**24. RESULTADO FINANCEIRO**

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>31/12/19</u>	<u>31/12/18</u>	<u>31/12/19</u>	<u>31/12/18</u>
Receitas financeiras:				
Receitas sobre aplicações financeiras empréstimos e financiamentos	-	1	512	608
Valor justo - operação "swap"	-	-	-	13.596
Juros recebidos de clientes	-	-	21	47
Juros sobre impostos a recuperar	555	582	3.652	3.097
Descontos financeiros obtidos	15	53	1.184	771
AVP - Credores recuperação judicial	5.464	-	290.743	-
Outros juros e variações ativas	-	-	503	258
	<u>6.034</u>	<u>636</u>	<u>296.615</u>	<u>18.377</u>
Despesas financeiras:				
Juros e variações monetárias sobre empréstimos e financiamentos	-	-	(38.466)	(17.940)
Juros sobre empréstimos efetuados pela controlada	(296)	(533)	-	-
Descontos financeiros concedidos	-	-	-	(39)
Outros juros e variações passivas	(116)	(187)	(18.024)	(41.467)
Imposto sobre Operações de Crédito - IOF	(115)	(153)	(957)	(388)
Outras comissões financeiras	(204)	(153)	(8.218)	(8.181)
Outras despesas financeiras	(243)	(105)	(874)	(704)
	<u>(974)</u>	<u>(1.131)</u>	<u>(66.539)</u>	<u>(68.719)</u>
	<u>5.060</u>	<u>(495)</u>	<u>230.076</u>	<u>(50.342)</u>

25. ARRENDAMENTO MERCANTIL – PARCELA VARIÁVEL DOS CONTRATOS DE LOCAÇÃO

Em 31 de dezembro de 2019, o Varejo possuía 73 contratos de locação de suas lojas firmados com administradoras de shoppings ou proprietários de lojas de rua, qualificados como arrendamento mercantil operacional. Os contratos de locação das lojas, em sua maioria, preveem despesa de aluguel variável, incidente sobre as vendas, ou um valor mínimo atualizado anualmente por índices representativos da inflação e da evolução do segmento imobiliário, com prazos de validade de cinco anos em sua maioria, sujeitos à renovação, e são usualmente garantidos pela Controladora por meio de fiança. Os contratos de aluguel das áreas de Logística e Administrativa do Varejo possuem valores fixados em contrato, com reajustes anuais, conforme variação dos principais índices de inflação.

O valor da locação dos imóveis é sempre o maior valor entre: (a) o equivalente a de 2% a 10% das vendas mensais brutas, realizadas pela loja; ou (b) um valor mínimo mensal atualizado anualmente por determinados índices representativos da inflação, conforme o caso. Os referidos contratos de locação possuem período de vigência indeterminado ou determinado;

Notas Explicativas

nesse último caso, os prazos variam de cinco a dez anos, sujeitos à renovação contratual amigável ou judicial (ação renovatória). A partir de 1 de janeiro de 2019, o montante registrado na rubrica “Alugueis”, em despesas operacionais está relacionado à parcela variável dos contratos de locação e dos demais contratos não qualificados na definição de arrendamento prevista no CPC 06(R2).

Despesas com aluguéis, líquidas dos impostos a recuperar:

	<u>Consolidado</u>	
	<u>31/12/19</u>	<u>31/12/18</u>
Arrendamentos operacionais - nota explicativa 21	<u>2.163</u>	<u>56.785</u>

O saldo da rubrica “Arrendamento mercantil - locação de lojas” no passivo circulante em 31 de dezembro de 2019 no consolidado é de R\$1.826 (R\$31.771 em 31 de dezembro de 2018).

26. PREJUÍZO POR AÇÃO

O estatuto social da Controladora assegura aos acionistas titulares de ações preferenciais dividendos iguais aos atribuídos às ações ordinárias. A tabela a seguir demonstra o cálculo do prejuízo por ação de acordo com o pronunciamento técnico CPC 41 (IAS 33):

	<u>LPA - Total</u>			<u>LPA - Continuada</u>			<u>LPA - Descontinuada</u>		
	<u>01/01/19 a 31/12/19</u>			<u>01/01/19 a 31/12/19</u>			<u>01/01/19 a 31/12/19</u>		
	<u>Ordinárias</u>	<u>Preferenciais</u>	<u>Total</u>	<u>Ordinárias</u>	<u>Preferenciais</u>	<u>Total</u>	<u>Ordinárias</u>	<u>Preferenciais</u>	<u>Total</u>
Prejuízo atribuído aos acionistas da Controladora	(114.493)	(203.555)	(318.048)	(102.476)	(182.191)	(284.667)	(12.017)	(21.364)	(33.381)
Média ponderada de ações em circulação (em milhares) utilizadas na apuração do prejuízo básico por ação	9.607	17.079	26.686	9.607	17.079	26.686	9.607	17.079	26.686
Média ponderada de ações em circulação (em milhares) utilizadas na apuração do prejuízo diluído por ação	9.607	17.079	26.686	9.607	17.079	26.686	9.607	17.079	26.686
Prejuízo por ação - básico - R\$	(11,91814)	(11,91814)		(10,66727)	(10,66727)		(1,25087)	(1,25087)	
Prejuízo por ação - diluído - R\$	(11,91814)	(11,91814)		(10,66727)	(10,66727)		(1,25087)	(1,25087)	

	<u>LPA - Total</u>			<u>LPA - Continuada</u>			<u>LPA - Descontinuada</u>		
	<u>01/01/18 a 31/12/18</u>			<u>01/01/18 a 31/12/18</u>			<u>01/01/18 a 31/12/18</u>		
	<u>Ordinárias</u>	<u>Preferenciais</u>	<u>Total</u>	<u>Ordinárias</u>	<u>Preferenciais</u>	<u>Total</u>	<u>Ordinárias</u>	<u>Preferenciais</u>	<u>Total</u>
Prejuízo atribuído aos acionistas da Controladora	(108.619)	(193.111)	(301.730)	(107.661)	(191.408)	(299.069)	(958)	(1.703)	(2.661)
Média ponderada de ações em circulação (em milhares) utilizadas na apuração do prejuízo básico por ação	9.607	17.079	26.686	9.607	17.079	26.686	9.607	17.079	26.686
Média ponderada de ações em circulação (em milhares) utilizadas na apuração do prejuízo diluído por ação	9.607	17.079	26.686	9.607	17.079	26.686	9.607	17.079	26.686
Prejuízo por ação - básico - R\$	(11,30667)	(11,30667)		(11,20696)	(11,20696)		(0,09971)	(0,09971)	
Prejuízo por ação - diluído - R\$	(11,30667)	(11,30335)		(11,20696)	(11,20367)		(0,09971)	(0,09968)	

Notas Explicativas**27. INSTRUMENTOS FINANCEIROS**

a) Gestão do risco de capital

Entre os principais objetivos da gestão do capital realizada pela Administração da Controladora e do Varejo destacam-se: o de assegurar a continuidade das operações para oferecer retorno aos acionistas; e o de manter uma estrutura de capital apropriada para minimizar os custos a ela associados.

As estruturas de capital da Controladora e do Varejo consistem em passivos financeiros com instituições financeiras (nota explicativa nº 13), caixa e equivalentes de caixa (nota explicativa nº 4) e patrimônio líquido (nota explicativa nº 19).

Os índices de endividamento podem ser assim resumidos:

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>31/12/19</u>	<u>31/12/18</u>	<u>31/12/19</u>	<u>31/12/18</u>
Empréstimos e financiamentos e credores da recuperação judicial	2.933	2.637	739.018	175.508
(-) Caixa, equivalentes de caixa e aplicações financeiras	<u>(2.603)</u>	<u>(760)</u>	<u>(20.464)</u>	<u>(95.429)</u>
Dívida líquida	330	1.877	718.554	80.079
Patrimônio líquido	<u>(172.677)</u>	<u>120.906</u>	<u>(172.689)</u>	<u>120.918</u>
Total	<u>(172.347)</u>	<u>122.783</u>	<u>545.865</u>	<u>200.997</u>
Índice de dívida líquida	<u>-0.19%</u>	<u>1.53%</u>	<u>131.64%</u>	<u>39.84%</u>

Periodicamente, a Administração da Controladora e do Varejo revisa a estrutura de capital e sua habilidade de liquidar os seus passivos, bem como monitora tempestivamente o prazo médio de contas a receber, fornecedores e estoques, tomando as ações necessárias para mantê-los em níveis considerados adequados para a gestão financeira.

Notas Explicativas

b) Categorias de instrumentos financeiros

	<u>Controladora</u>	
	<u>31/12/19</u>	<u>31/12/18</u>
	Valor <u>Contábil</u>	Valor <u>Contábil</u>
Ativos financeiros		
Valor justo por meio do resultado		
Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras	<u>2.603</u>	<u>760</u>
Passivos financeiros		
Passivos pelo custo amortizado		
Fornecedores	629	1.719
Credores recuperação judicial	2.933	-
Dividendos	-	17.466
Partes relacionadas - contrato de mútuo	8.619	2.183
AFAC	-	10.000
Outras obrigações	<u>-</u>	<u>2.637</u>
	<u>12.181</u>	<u>34.005</u>
	<u>Consolidado</u>	
	<u>31/12/19</u>	<u>31/12/18</u>
	Valor <u>Contábil</u>	Valor <u>Contábil</u>
Ativos financeiros		
Valor justo por meio do resultado		
Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras	20.464	95.429
Empréstimos e recebíveis		
Contas a receber de clientes	<u>23.269</u>	<u>57.685</u>
	<u>43.733</u>	<u>153.114</u>
Passivos financeiros		
Passivos pelo custo amortizado		
Empréstimos e financiamentos	483.913	172.871
Fornecedores	93.283	549.324
Credores recuperação judicial	255.105	-
Arrendamento operacional - locação de lojas	1.826	31.771
Dividendos	-	17.466
AFAC	-	10.000
Outras obrigações	<u>889</u>	<u>3.489</u>
	<u>835.016</u>	<u>784.921</u>

Notas Explicativas

A Administração da Controladora e do Varejo é de opinião que os instrumentos financeiros, reconhecidos nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas pelos seus valores contábeis, não apresentam variações significativas em relação aos respectivos valores de mercado no encerramento de cada exercício.

O saldo da rubrica “Empréstimos e financiamentos” é atualizado monetariamente com base nos índices de mercado (CDI, TJLP e UM Selic, esses somente até 31/12/2018 para os empréstimos tomados com o BNDES, liquidados em dezembro de 2018), taxas contratuais (nota explicativa nº 13) e juros variáveis em virtude das condições de mercado; e, portanto, o saldo devedor registrado no encerramento de cada período está próximo do valor de mercado.

c) Riscos financeiros

As atividades da Controladora e do Varejo estão expostas aos riscos de mercado, de crédito, de liquidez, operacional e ao risco limitado ao valor pago pelo derivativo utilizado como instrumento de proteção a exposição de variação de preço da moeda.

A gestão de risco da Controladora e do Varejo é realizada segundo as políticas aprovadas pelas respectivas Diretorias. A área Financeira da Controladora e do Varejo identifica, avalia e a protege contra eventuais riscos financeiros em cooperação com as áreas operacionais.

d) Gestão do risco de taxa de juros

As operações da Controladora e o Varejo estão expostas a riscos normais de mercado em decorrência de mudanças nas taxas de juros, substancialmente sobre os empréstimos tomados e aplicações financeiras. A política de gestão de risco de taxas de juros definida pela Administração compreende o acompanhamento permanente do cenário econômico para identificação de possíveis oscilações das taxas de juros e, quando aplicável, a contratação de operações que possam garantir proteção às mudanças nas taxas de juros, bem como, a ponderação entre a contratação de operações pós-fixadas e pré-fixadas.

Saldo que representavam a exposição máxima ao risco de taxa de juros na data de encerramento do exercício:

	<u>Consolidado</u>
	<u>31/12/19</u>
<u>Risco</u>	<u>Valor Contábil</u>
<u>Empréstimos e financiamentos</u> <u>Alta do CDI</u>	<u>23.330</u>

e) Análise de sensibilidade suplementar sobre instrumentos financeiros, conforme Instrução CVM nº 475/08

A análise de sensibilidade foi desenvolvida considerando a exposição à variação do CDI, principal indexador dos empréstimos e das aplicações de sobras de caixa.

A Controladora apresenta a seguir as informações suplementares sobre os instrumentos financeiros da Controladora e do Varejo que são requeridas pela Instrução CVM nº 475, de 17 de dezembro de 2008, especificamente sobre a análise de sensibilidade complementar à

Notas Explicativas

requerida pelas IFRS e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil.

Na elaboração dessa análise, a Administração da Controladora e do Varejo adotou as seguintes premissas:

- Identificação dos riscos de mercado que podem gerar prejuízos relevantes.
- Definição de um cenário provável do comportamento de risco (Cenário I).
- Definição de dois cenários adicionais com deterioração de, pelo menos, 25% e 50% na variação de risco considerada (Cenário II e Cenário III, respectivamente).

Eventuais efeitos nos saldos patrimoniais conforme cenários analisados:

Ativos e passivos com juros recalculados conforme cenários anteriormente estabelecidos.

Operação	Risco	Valores patrimoniais		
		Cenário I	Cenário II	Cenário III
Aplicações financeiras sujeitas à variação do CDI - Varejo				
	Baixa do CDI	(32)	(79)	(154)
Empréstimos para capital de giro sujeitos a variação do CDI - Varejo				
	Alta do CDI	(74)	(186)	(372)
Arrendamentos financeiros sujeitos a variação do CDI - Varejo				
	Alta do CDI	(13)	(32)	(64)
Resultado líquido		(119)	(297)	(590)

f) Gestão de risco de crédito

As políticas de vendas e concessão de crédito na Controladora e no Varejo estão subordinadas às políticas de crédito fixadas por sua Diretoria e visam minimizar eventuais problemas decorrentes da inadimplência de seus clientes. Esse objetivo é alcançado por meio da seleção da carteira de clientes, que considera a capacidade de pagamento (análise de crédito).

Exposição máxima a este risco na data de encerramento do exercício:

Notas Explicativas

	Controladora		Consolidado	
	31/12/19	31/12/18	31/12/19	31/12/18
	Valor	Valor	Valor	Valor
	Contábil	Contábil	Contábil	Contábil
Ativos financeiros				
Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras	2.603	760	20.464	95.429
Contas a receber de clientes	-	-	23.269	57.685
	<u>2.603</u>	<u>760</u>	<u>43.733</u>	<u>153.114</u>

Em 31 de dezembro de 2019, o consolidado apresenta saldo de perda com créditos de liquidação duvidosa, no montante de R\$311 (R\$339 em 31 de dezembro de 2018), para cobrir os riscos de crédito.

g) Gerenciamento do risco de liquidez

A Administração monitora continuamente as previsões contínuas das exigências de liquidez da Controladora e do Varejo para assegurar que se tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais.

Em virtude da dinâmica de seus negócios, a Controladora e o Varejo mantêm flexibilidade na captação de recursos, mediante manutenção de linhas de crédito bancárias, com algumas instituições.

A tabela a seguir demonstra em detalhes o vencimento dos passivos financeiros:

Operação	Controladora				Total
	Até 1 ano	Até 2 anos	De 3 a 5 anos	acima de 5 anos	
Fornecedores	629	-	-	-	629
Credores por recuperação judicial	629	56	81	7.631	8.397
Operação	Consolidado				Total
	Até 1 ano	Até 2 anos	De 3 a 5 anos	acima de 5 anos	
Fornecedores	93.283	-	-	-	93.283
Credores por recuperação judicial	15.377	12.481	14.088	436.661	478.607
Empréstimos e financiamentos	90.218	85.187	222.691	195.089	593.185
Arrendamento operacional - locação de lojas	1.826	-	-	-	1.826
Outras obrigações	889	-	-	-	889

h) Concentração de risco

Instrumentos financeiros que potencialmente sujeitam às operações da Controladora e do Varejo à concentração de risco de crédito consistem, substancialmente, em saldos em bancos, aplicações financeiras e contas a receber de clientes. O saldo da rubrica “Contas a receber de clientes” do Varejo está substancialmente distribuído entre as adquirentes de cartões de crédito. A totalidade do saldo a receber de clientes é denominada em reais.

Notas Explicativas

i) Linhas de crédito

	<u>Consolidado</u>	
	<u>31/12/19</u>	<u>31/12/18</u>
Empréstimos:		
Utilizado	150.304	158.418
Financiamentos:		
Utilizado	-	58.136

j) Garantias obtidas

	<u>Consolidado</u>
	<u>31/12/19</u>
Cartas de fiança em garantia de processo de execução fiscal federal	<u>8.612</u>

No exercício encerrado em 31 de dezembro de 2019, as cartas de fiança obtidas geraram despesas financeiras de R\$276 (R\$1.883 em 31 de dezembro de 2018).

k) Valor contábil e valor justo dos ativos e passivos financeiros

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>31/12/19</u>		<u>31/12/19</u>	
	<u>Valor</u>	<u>Valor</u>	<u>Valor</u>	<u>Valor</u>
	<u>Contábil</u>	<u>Justo</u>	<u>Contábil</u>	<u>Justo</u>
Valor justo por meio do resultado				
Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras	2.603	2.603	20.464	20.464
Empréstimos e recebíveis				
Contas a receber de clientes	-	-	23.269	23.269
Passivos mantidos pelo custo amortizado				
Empréstimos e financiamentos	-	-	483.913	484.423
Fornecedores	629	629	93.283	93.283
Credores da recuperação judicial	2.933	2.933	255.105	255.105
Arrendamento operacional - locação de lojas	-	-	1.826	1.826
Partes relacionadas - contrato de mútuo	8.619	8.619	-	-
Outras obrigações	-	-	889	889

Notas Explicativas

Métodos e premissas adotados na determinação do valor justo:

- Caixa e equivalentes de caixa – São definidos como ativos para gestão do caixa e representados por caixa e depósitos bancários, cujo valor justo se aproxima do valor contábil.
- Contas a receber de clientes, fornecedores e partes relacionadas – Saldos decorrentes diretamente das operações, cujos valores justos aproximam-se dos valores contábeis.

A Controladora divulga seus ativos e passivos financeiros ao valor justo com base nos pronunciamentos CPC 38, CPC 39 e CPC 40 (R1), que definem mensuração, reconhecimento, apresentação e evidenciação dos instrumentos financeiros.

Hierarquia do valor justo

Os ativos e passivos financeiros registrados a valor justo são classificados e divulgados de acordo com os seguintes níveis:

Nível 1 – preços cotados (sem ajustes) em mercados ativos para ativos idênticos ou passivos, que estão acessíveis na data de mensuração;

Nível 2 – inputs, exceto preços cotados, incluídas no nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivados de preços); e

Nível 3 – premissas para o ativo ou passivo que não são baseados em dados observáveis de mercado (dados não observáveis). Nesse nível a estimativa do valor justo torna-se subjetiva.

Ativos e passivos da Controladora e do Consolidado, mensurados pelo valor justo em 31 de dezembro de 2019:

	<u>Controladora</u>			
	<u>Nível 1</u>	<u>Nível 2</u>	<u>Nível 3</u>	<u>Total</u>
Caixa e equivalentes de caixa	<u>2.603</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>2.603</u>
	<u>Consolidado</u>			
	<u>Nível 1</u>	<u>Nível 2</u>	<u>Nível 3</u>	<u>Total</u>
Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras	<u>20.464</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>20.464</u>

Notas Explicativas**28. INFORMAÇÕES POR SEGMENTO DE NEGÓCIO**

A gestão dos negócios do Grupo Saraiva, nos âmbitos financeiro e operacional, é realizada por meio do único segmento denominado “Varejo”.

O segmento Varejo corresponde ao negócio de varejo de produtos ligados a cultura, lazer e informação. A comercialização é realizada pela rede de lojas nas principais cidades do País e pelo comércio eletrônico Saraiva.com.br.

29. OPERAÇÕES DESCONTINUADAS

Representadas pelo resultado residual das operações do segmento editorial, vendido à Editora Ática S.A. em 2015.

Demonstração de resultados de operações descontinuadas para o exercício encerrado em 31 de dezembro:

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>31/12/19</u>	<u>31/12/18</u>	<u>31/12/19</u>	<u>31/12/18</u>
Despesas operacionais	<u>(49.452)</u>	<u>(2.480)</u>	<u>(49.452)</u>	<u>(2.480)</u>
Prejuízo operacional	<u>(49.452)</u>	<u>(2.480)</u>	<u>(49.452)</u>	<u>(2.480)</u>
Despesas financeiras	<u>(1)</u>	<u>(2)</u>	<u>(1)</u>	<u>(2)</u>
	<u>(1)</u>	<u>(2)</u>	<u>(1)</u>	<u>(2)</u>
Prejuízo líquido antes do IR	<u>(49.453)</u>	<u>(2.482)</u>	<u>(49.453)</u>	<u>(2.482)</u>
IR diferido	<u>16.072</u>	<u>(179)</u>	<u>16.072</u>	<u>(179)</u>
Resultado das operações descontinuadas	<u><u>(33.381)</u></u>	<u><u>(2.661)</u></u>	<u><u>(33.381)</u></u>	<u><u>(2.661)</u></u>

O resultado de operações descontinuadas no consolidado de R\$33.381 (R\$2.661 em 31 de dezembro de 2018) é totalmente atribuído aos acionistas controladores.

Fluxo de caixa de operações descontinuadas

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>31/12/19</u>	<u>31/12/18</u>	<u>31/12/19</u>	<u>31/12/18</u>
Caixa líquido utilizado em atividades operacionais	<u>(49.189)</u>	<u>2.362</u>	<u>(49.189)</u>	<u>2.362</u>
Caixa líquido das atividades de financiamento	<u>500</u>	<u>(445)</u>	<u>500</u>	<u>(445)</u>
Caixa líquido proveniente de operações descontinuadas	<u><u>(48.689)</u></u>	<u><u>1.917</u></u>	<u><u>(48.689)</u></u>	<u><u>1.917</u></u>

Notas Explicativas

30. COBERTURA DE SEGUROS

A Administração da Controladora e do Varejo adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade.

Coberturas dos seguros contratados:

	<u>31/12/19</u>	<u>31/12/18</u>
Lucros cessantes	150.000	150.000
Incêndio - importância máxima	126.297	185.383
Responsabilidade civil - conselheiros, diretores e administradores - importância máxima	50.000	100.000
Responsabilidade civil geral - importância máxima	2.000	2.000
Transporte internacional	300	3.708
Execução fiscal	106.336	70.853
Roubo e Furto	11.650	11.650
Riscos Gerais	6.980	6.980

31. PROCESSO DE RECUPERAÇÃO JUDICIAL

Para o pagamento dos credores, o PRJ, define 4 (quatro) classes de credores: i) Classe I – Credores Trabalhistas; ii) Classe II – Credores com garantia Real; iii) Classe III – Credores Quirografários; e iv) Classe IV – Credores ME e EPP. Além da definição das Classes, nos termos definidos no PRJ, os credores são qualificados em Credores Estratégicos Financiadores; Credores Estratégicos Locadores I e II; Credores Fornecedores Estratégicos; e Credores Fornecedores Incentivadores.

O montante da dívida consolidada está composto como segue:

Classes	Circulante	Não Circulante	Total
Classe I	3.540	974	4.514
Classe II	7.100	126.508	133.608
Classe III	-	88.568	88.568
Classe IV	-	5.052	5.052
Subclasse fornecedores incentivadores	59.738	67.782	127.520
Subclasse fornecedores estratégicos	-	20.875	20.875
Subclasse fornecedores locadores	8.576	-	8.576
Total	<u>78.954</u>	<u>309.759</u>	<u>388.713</u>

Os valores estão líquidos de ajuste a valor presente – AVP no montante de R\$290.742 (5.464 na Controladora e 285.278 no Varejo), cujo efeito tributário é de R\$98.852.

O montante de R\$133.608 referente a classe II, está registrado na rubrica “Empréstimos e financiamentos”.

Notas Explicativas

Salvo condições e disposições específicas definidas no PRJ para cada classe ou qualificação de credores, as principais condições gerais de pagamento previstas são as seguintes:

- i) A todos os credores das Classes III e IV será realizado o pagamento de R\$10 até o último dia útil do mês subsequente ao mês de homologação do PRJ;
- ii) Todos os créditos parcelados serão corrigidos pela variação da Taxa referencial, calculada nos termos e condições previstos no PRJ para cada forma e prazo de pagamento;
- ii) Amortizações extraordinárias: a) “*Cash Sweep*”, correspondente ao pagamento aos Credores Quirografários, Credores Fornecedores Estratégicos e Credores Fornecedores Incentivadores, do excedente de caixa superior aquele previsto nas projeções apresentadas no Laudo de Viabilidade, até o limite de 50% do excedente, a partir do 2º (segundo) ano até o 15º (décimo quinto) ano a contar da data de homologação do plano; e b) Geração de Caixa Pré-pagamento a Credores, correspondente ao pagamento aos Credores Estratégicos Locadores II, Credores Quirografários, Credores ME e EPP e Credores Fornecedores Estratégicos, equivalente a variação positiva nas rubricas de caixa e equivalentes de caixa apurada após o pagamento de todas as obrigações operacionais, de investimentos, financeiras e de financiamentos, tributárias e societárias, exceto relacionada a remuneração de qualquer natureza aos acionistas, a partir do 15º (décimo quinto) ano a contar da homologação do PRJ até a quitação dos créditos, nos termos previstos no PRJ;
- iii) Classe I: a) pagamento até 30 dias contados da homologação do PRJ, dos créditos de natureza estritamente salarial até o limite de 5(cinco) salários mínimos por credor; b) pagamento em 12 (doze) parcelas mensais iguais e sucessivas a contar do mês seguinte ao da homologação do PRJ, do montante de até R\$160, já descontados os valores descritos no item a); e pagamento do saldo remanescente, caso houver, sendo: 5% do saldo remanescente em 14 (quatorze) em parcelas iguais e sucessivas a partir do 13º mês subsequente ao da homologação do PRJ; e 95% (noventa e cinco) a partir do trimestre imediatamente seguinte ao término do pagamento previsto para os 5%, observado os demais termos e condições previstos no PRJ;
- iv) Classe II: a) pagamento de encargos e correção monetária em parcelas mensais iguais e consecutivas a partir do último dia útil do mês subsequente ao da homologação do PRJ até o 13º (décimo terceiro) mês subsequente ao da homologação do PRJ, a partir de quando serão pagos juntamente com o principal da dívida; e b) pagamento do principal em 120 parcelas iguais e sucessivas a partir do 13º (décimo terceiro) mês subsequente ao da homologação do PRJ, de acordo com demais disposições previstas no PRJ;
- v) Classes III e IV: observadas as disposições e condições específicas previstas no PRJ para as qualificações de credores, o montante de 5% da dívida será pago no prazo de 14 (quatorze) anos em parcelas iguais, mensais e consecutivas a partir do último dia útil do mês subsequente ao da homologação do PRJ; e o montante de 95% da dívida, será pago trimestralmente a partir do trimestre imediatamente seguinte ao do término do pagamento previsto para os 5% da dívida;
- vi) Condições especiais estabelecidas aos Credores Fornecedores Estratégicos e Credores Fornecedores Incentivadores: a) observadas as disposições e condições específicas previstas no PRJ, para esses credores, o montante de 60% da dívida será pago no prazo de até 15 (quinze) anos em parcelas mensais e consecutivas a partir do último dia útil do 13º (décimo terceiro) mês subsequente ao da homologação do PRJ; e o montante de 40% restante, será

Notas Explicativas

pago trimestralmente a partir do trimestre imediatamente seguinte ao do término do pagamento previsto para os 60% da dívida. Sem prejuízo dos pagamentos, assim definidos, os Credores Fornecedores Incentivadores, que dessa forma optarem nos termos estabelecidas no PRJ farão jus ao recebimento de Bônus de Subscrição, equivalente ao montante de seu crédito, que conferirá aos seus titulares o direito a aquisição de determinada quantidade de ações representativas do capital social da Companhia de acordo com condições estipuladas no PRJ e resguardados os direitos de preferência dos acionistas, exceto controladores que renunciaram expressamente tal direito, para subscrição dos Bônus. Todos os recursos recebidos pela Companhia, originados da subscrição dos Bônus, sejam credores ou acionistas, serão destinados integral e prioritariamente, de acordo com condições e nos termos do PRJ, ao pagamento dos créditos detidos pelos Credores Fornecedores Incentivadores.

A íntegra do PRJ aprovado, onde poderão ser compreendidas de forma mais abrangente todas as disposições e condições estabelecidas para o pagamento dos créditos da recuperação judicial da Companhia e do Varejo foram disponibilizadas na página de Relações com Investidores da Companhia (<http://www.saraivari.com.br>) e no site da Comissão de Valores Mobiliários (<http://www.cvm.gov.br>).

32. EVENTOS SUBSEQUENTES

Em reunião do Conselho de Administração realizada em 19 de fevereiro de 2020, re-ratificada em reunião realizada pelo mesmo conselho em 27 de fevereiro de 2020 foi deliberada:

- (i) a homologação parcial do aumento de capital deliberado em reunião do Conselho de Administração realizada em 3 de novembro de 2019. Foram subscritas 12.244.309 ações (8.998.528 ações ordinárias e 3.245.781 ações preferenciais ao preço de emissão de R\$1,45, totalizando R\$17.754.248,05, levados a reserva de capital de ágio na subscrição de ações;
- (ii) a homologação do aumento de capital com a reserva de capital de ágio na subscrição de ações, no montante de R\$17.754.248,05. O capital social passou de R\$282.999, para R\$300.753, representado por 38.946.054 ações, sendo 18.620.841 ações ordinárias e 20.325.213 ações ordinárias; e
- (iii) uma nova emissão de bônus de subscrição, dentro do limite do capital autorizado.

Em reunião do Conselho de Administração realizada em 13 de março de 2020, foi autorizado à Gestão da Companhia a implementação do Plano de Ação apresentado em reunião do Conselho de Administração realizada em 19 de fevereiro de 2020, incluindo as negociações com fornecedores, prestadores de serviços e outros sobre a prorrogação de pagamentos; e com sindicatos da categoria no Estado de São Paulo, sobre a dispensa coletiva de colaboradores.

Em 2 de março de 2020 foi recebido o montante de R\$2.000 a título de sinal previsto no Instrumento Particular de Compromisso de Compra e Venda de Imóveis e Outras Avenças, assinado em 20 de dezembro de 2019, e aditado em 16/01/2020, 10/02/2020 e em 27/02/2020, para formalizar a alienação do Terreno e Galpões da unidade Guarulhos da Companhia, pelo valor de R\$24.500. O pedido de autorização para a alienação foi instruído em 20 de dezembro de 2019 para o Juiz de Direito da 2ª Vara de Falências e Recuperações Judiciais do Foro Central da Comarca de São Paulo/SP, com parecer positivo do Administrador Judicial,

Notas Explicativas

Credores e Ministério Público, sendo finalmente deferida a alienação do imóvel em 18 de março de 2020. A administração julga que a venda deverá se concluir, o mais tardar, até o final abril de 2020.

Impactos do Coronavirus nas Demonstrações Contábeis

A administração da Companhia e de sua controlada acompanha atentamente os possíveis impactos do Coronavirus em seus negócios, tendo sido elaborados planos de contingências para mitigar os impactos trazidos pela significativa redução do fluxo de pessoas em decorrência de medidas de restrição de circulação em ambientes públicos recomendadas pelo Ministério da Saúde e adotadas por todas as esferas de governo. Também foram adotadas medidas de segurança para suas unidades de abastecimento e administrativa com o objetivo de manter o mínimo indispensável para a continuidade das atividades de abastecimento e administrativas. Dessa forma a Companhia estabeleceu um canal de comunicação por meio de um Comitê interno, para tratar tempestivamente, as medidas necessárias e analisar seus impactos na operação.

O fechamento das lojas físicas do Varejo, sendo a maioria em Shoppings Center, motivados por determinações dos órgãos de governos responderá por um impacto relevante nas vendas e na geração de caixa exigindo da Companhia extrema capacidade para encontrar alternativas que mitiguem o comprometimento de algumas das ações estruturadas no Plano de Ação, boa parte delas já e implementadas. Nesse cenário, a Companhia definiu um plano de emergência baseado em quatro temas fundamentais: i) Medidas preventivas; ii) Estimular e intensificar as vendas pelo e-commerce, que não foram paralisadas e horam todos seus compromissos com seus clientes; iii) Planos de Contingência para enfrentar os impactos nas lojas físicas e nos canais de distribuição; e iv) Monitoramento permanente da evolução dos casos de infecção do coronavirus, assim como, das recomendações e determinações dos órgãos das administrações públicas.

Mesmo diante de todo acompanhamento, até a data de publicação das demonstrações contábeis não foi possível mensurar com segurança, todos os riscos decorrentes da pandemia de Coronavirus, que poderiam resultar em perdas ou mudanças em suas estimativas sobre os negócios da Companhia e sua controlada.

Principais Assuntos de Auditoria (PAAs) são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Além do assunto descrito na seção “Incerteza relevante relacionada com a continuidade operacional, determinamos que os assuntos descritos abaixo são os principais assuntos de auditoria a serem comunicados em nosso relatório.

Reconhecimento dos efeitos decorrentes da aprovação do plano de recuperação judicial

Motivo pelo qual o assunto foi considerado um PAA

Conforme descrito, na nota explicativa nº 31, o plano de recuperação judicial foi aprovado por todas as classes de credores em 29 de agosto de 2019, o qual estabelece o cronograma de pagamento dos respectivos credores. Conforme requerido no Pronunciamento Técnico CPC 12 – Ajuste a Valor Presente, a Companhia registrou no exercício corrente, o efeito do ajuste a valor presente considerando o cronograma de pagamento estabelecido no respectivo plano, sendo reconhecido em contra partida ao resultado do exercício.

Adicionalmente, no plano de recuperação judicial aprovado, foi estabelecido que a sub-classe de “credores fornecedores incentivadores”, poderão converter parte de seus créditos, limitados ao valor total de R\$ 50 milhões, em bônus de subscrição para conversão em ações da Companhia em até 3 anos a partir da emissão dos respectivos bônus de subscrição. O reconhecimento do efeito deste assunto dependerá do exercício ou não da opção de subscrição pelos respectivos credores. Devido a situação que a Companhia se encontra, este assunto foi considerado crítico para nossa auditoria e portanto um principal assunto de auditoria.

Como o assunto foi conduzido na auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros procedimentos:

- i) a avaliação do risco de distorções relevantes, caso as cláusulas aprovadas no plano de recuperação judicial, não tivessem sendo cumpridas pela Companhia;
- ii) entendimento do Plano de recuperação judicial aprovado em 28 de agosto de 2019 e homologado em 4 de setembro de 2019;
- iii) confrontamos os saldos aprovado no plano com os saldos registrados nas rubricas do passivo;
- iv) verificamos os fluxos de pagamentos descrito no plano e avaliamos a segregação de curto e longo prazos;
- v) executamos procedimento de testes dos cálculo de valor presente (AVP);
- vi) analisamos a classificação dos credores por classe, conforme aprovado no plano, dentre as seis classes e a adequada divulgação nas demonstrações contábeis; e
- viii) analisamos a adequação do plano aos fluxo de caixa e operações da Companhia, de forma corroborar se seriam factíveis de serem realizados com base nas operações e novo plano de reestruturação aprovados pela Administração da Companhia em março de 2020.

Com base nos procedimentos efetuados, identificamos algumas fragilidades nos controles para reconhecimento contábil dos efeitos da aprovação do plano de recuperação judicial, que foram ajustadas pela Companhia, sendo que os saldos estão apresentados de forma aceitável para 31 de dezembro de 2019 no contexto das demonstrações contábeis individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Outros assuntos

Demonstrações contábeis comparativas

As demonstrações contábeis individuais e consolidadas, relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018, apresentados para fins de comparação, foram por nós auditadas, sobre as quais emitimos relatório datado em 26 de março de 2019, com ressalva em relação à mensuração e realização de fornecedores, empréstimos e financiamentos e obrigações sociais e trabalhistas. Esse assunto foi solucionado no exercício corrente em decorrência da aprovação do plano de recuperação judicial e registro dos respectivos efeitos.

Demonstrações do valor adicionado

As demonstrações individuais e consolidadas do Valor Adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019, elaboradas sob a responsabilidade da Administração da Companhia, e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações contábeis da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações contábeis e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 – Demonstração do valor adicionado. Em nossa opinião essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nessa Norma e são consistentes em relação às demonstrações contábeis individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis individuais e consolidadas e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis individuais e consolidadas

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e sua controlada são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta à tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e sua controlada;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração;
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manterem em continuidade operacional;
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações, e se as demonstrações contábeis individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada;
- Obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente tenha sido identificadas durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar consideravelmente nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 25 de março de 2020

Rafael Dominguez Barros

CT CRC 1SP-208.108/O-1

Grant Thornton Auditores Independentes

CRC 2SP-025.583/O-1

Pareceres E Declarações / Parecer do Conselho Fiscal ou Órgão Equivalente

PARECER DO CONSELHO FISCAL

O Conselho Fiscal da Companhia, por seus membros efetivos, no exercício de suas atribuições legais e estatutárias, analisou o Relatório Anual da Administração e as Demonstrações Contábeis do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, incluindo o Relatório da Grant Thornton Auditores Independentes, sem ressalvas e com incerteza relevante de continuidade operacional da Companhia, contendo, ainda, a opinião de que as referidas Demonstrações Contábeis apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Companhia em 31 de dezembro de 2019, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB). Com base nas suas verificações e esclarecimentos obtidos da Administração, o Conselho Fiscal, por unanimidade dos Conselheiros presentes, é de opinião que o Relatório Anual da Administração e as Demonstrações Contábeis do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019 estão em condições de serem submetidos à deliberação dos acionistas da Companhia em Assembleia Geral Ordinária.

São Paulo, 27 de março de 2020.

João Verner Juenemann

Presidente do CF

Carlos Antonio Vergara Cammas

Vice-Presidente do CF

Sérgio Ramires Salzano

Secretário

Edmundo de Macedo Soares

e Silva Filho

Sandro Fernandes

Pareceres E Declarações / Declaração Dos Diretores Sobre as Demonstrações Financeiras

Em conformidade com o inciso VI do artigo 25 da CVM nº 480, de 7 de dezembro de 2009, o Conselho de Administração declara que revisou, discutiu e concordou com as Demonstrações Contábeis Individuais e Consolidadas referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019.

São Paulo, 25 de março de 2020

Pareceres E Declarações / Declaração Dos Diretores Sobre O Relatório do Auditor Independente

Em conformidade com o inciso V do artigo 25 da CVM nº 480, de 7 de dezembro de 2009, o Conselho de Administração declara que revisou, discutiu e concordou com o relatório dos auditores independentes sobre as Demonstrações Contábeis, Individuais e Consolidadas referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019.

São Paulo, 25 de março de 2020